

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Formação de Educadores para a Educação Básica
Área de Concentração: Educação Inclusiva

Gabriela Kunzendorff Bueker Drumond

**O ACOLHIMENTO DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2019

Gabriela Kunzendorff Bueker Drumond

**O ACOLHIMENTO DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE**

Trabalho final de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para a Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para a obtenção de especialista em Educação Inclusiva.

Orientadora: Profa. Erika Lourenço

Belo Horizonte
2019

D795a Drumond, Gabriela Kunzendorff Bueker, 1986 -
O acolhimento das famílias das crianças com deficiência em uma
escola de educação infantil de Belo Horizonte [manuscrito] / Gabriela
Kunzendorff Bueker Drumond - Belo Horizonte, 2019.
63 f., il.

Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Erika Lourenço

1. Educação. 2. Família e escola. 3. Educação inclusiva. 4.
Educação especial. 5. Inclusão em educação.
I. Título. II. Lourenço, Erika. III. Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo na Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Catálogo na Fonte*: Biblioteca da FaE/UFMG Bibliotecária † : Moema Brandão da Silva CRB/6-
1581 (Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS,
ACESSIBILIDADE. PRÁTICA EDUCATIVA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “O acolhimento das famílias das crianças com deficiência em uma escola de educação infantil de Belo Horizonte”, do(a) aluno(a) **Gabriela Kunzendorff Bueker Drumond**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Érika Lourenço (orientador) e Deborah Rosária Barbosa. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (lasep@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Gabriela Kunzendorff Bueker Drumond
Gabriela Kunzendorff Bueker Drumond

Registro na UFMG: 2018751861

Érika Lourenço
Érika Lourenço
Professor(a) Orientador(a)

Deborah Rosária Barbosa
Deborah Rosária Barbosa
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

Ao meu irmão, João Felipe

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu criador. Às minhas amigas e companheiras de curso, Elizabeth, Lourdes e Luciana. A minha família, que é a razão dos meus sonhos e propósito de vida. À minha orientadora Erika Lourenço pela delicadeza e compreensão singulares em lidar conosco e por seus conhecimentos compartilhados, sem os quais este trabalho não seria possível.

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

A proposta deste plano de ação foi buscar acolher os familiares das crianças com deficiência de uma escola municipal de educação infantil da Prefeitura de Belo Horizonte. Este trabalho foi desenvolvido entre os meses de março a setembro de 2019. Os objetivos foram trazer conhecimento e esclarecimentos aos familiares além de mostrar que a escola é um espaço não apenas de conflitos e resolução de problemas imediatos. A escola pode ser um lugar de muitas trocas, de estudos, reflexões. Ao longo do plano de ação, pode-se perceber uma aproximação e maior confiança das famílias das crianças com deficiência em uma escola de Belo Horizonte. Junto com a gestão da escola e um grupo de colegas de trabalho comprometidos em ajudar, pudemos fazer um trabalho muito maior do que o esperado. Inicialmente fizemos um trabalho de apoio individualizado a 16 famílias de crianças com deficiência matriculadas em nossa escola. Levantamos as demandas dessas 16 famílias por meio de um questionário de avaliação aplicado no início do ano de 2019 e, a partir dessas demandas, começamos nossa ação. E por fim, oferecemos dois eventos abertos a toda comunidade escolar. O ponto culminante do plano de ação foi o “I Seminário de diversidade e Inclusão da EMEI X”, que foi um grande evento envolvendo pais, professores e demais servidores da escola. Concluímos com a certeza de uma semente plantada nessa escola. A educação inclusiva, mesmo sendo um tema de extrema importância ainda é motivo de muitos medos por parte de professores e pais de alunos. Precisamos falar sempre mais sobre educação inclusiva e constantemente rever nossas atitudes em busca de uma escola realmente diversa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Inclusiva; Acolhimento; Escola Inclusiva.

ABSTRACT

The purpose of this action plan was to seek to accommodate the families of children with disabilities at a municipal preschool of Belo Horizonte City. This work was developed between the months of March to September 2019. The objectives were to bring knowledge and clarification to family members, in addition to showing that the school is not only a space for conflicts and the resolution of immediate problems. The school can be a place of many exchanges, studies, reflections. Along the action plan, it is possible to perceive an approximation and greater confidence of the families of children with disabilities in a school in Belo Horizonte. Together with the school's management and a group of co-workers committed to help, we were able to do much more work than expected. Initially, we provided individualized support to the 16 families of children with disabilities enrolled in our school. We raised the demands of these 16 families through an evaluation questionnaire applied at the beginning of 2019 and, based on these demands, we began our action. Finally, we offer two open events to the entire school community. The culmination of the action plan was the "1st EMEI X Diversity and Inclusion Seminary", which was a great event involving the parents, teachers and other school employees. We concluded with the certainty of a seed planted in this school. The inclusive education, even though it is a topic of extreme importance, is still the reason for many fears on the part of teachers and students' parents. We always need to talk more and more about inclusive education and constantly review our attitudes in search of a really diverse and inclusive school.

Keywords: Inclusion; Inclusive Education; Reception; Inclusive School.

LISTA DE SIGLAS

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

LASEB – Pós-Graduação Latu Sensu em Docência na Educação

FAE - Faculdade de Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ADNPM – Atraso do Desenvolvimento Neuropsicomotor

DIRE-P - Diretoria de Educação da Regional Pampulha

SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO	10
1.1 A AUTONOMIA DAS EMEIS E A EDIÇÃO 2019 DO LASEB	13
1.2 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA.....	17
1.3 REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	20
02. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
2.1 SOBRE NOSSA ESCOLA E A CONCEPÇÃO INCLUSIVA	22
2.2 UM POUCO SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA.....	24
03. PROCEDIMENTOS E RESULTADOS.....	30
3.1 O PLANO DE AÇÃO	30
3.2 O CONTATO COM AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E NOSSA TRAJETÓRIA NO ANO DE 2019.....	37
3.3 PALESTRA COM A JORNALISTA MARIANA ROSA.....	39
3.4 SEMINÁRIO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA EMEI X.....	44
3.5 O GRUPO DE WHATS APP ENQUANTO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO E TROCAS DE INFORMAÇÕES.....	48
3.6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	49
04. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	53
APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FAMILIARES DAS CRIANÇAS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA DA EMEI X	55
APENDICE B – GRÁFICOS COM ANÁLISE QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO INÍCIO DO PLANO DE AÇÃO.....	58

01. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu da necessidade de se discutir conceitos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva em nosso local de trabalho, uma escola municipal de educação infantil da Prefeitura de Belo Horizonte (EMEI X¹) localizada na região da Pampulha, juntamente com as famílias das crianças com deficiências matriculadas na EMEI. Percebemos ao longo desse processo, como a educação inclusiva precisa ser tema constante de debate entre os professores, demais profissionais da educação e famílias.

Muitas vezes nos deparamos com famílias e escola com discursos divergentes e muitas vezes com necessidades e anseios diferentes. Como criar um ambiente participativo onde as famílias se sintam acolhidas e ao mesmo tempo saibam de suas responsabilidades e da sua importância no processo de aprendizagem dos seus filhos? Trazer as famílias para dentro da escola, estudar com eles, buscar soluções juntos foi o que motivou esse trabalho e continua motivando. Percebemos, ao longo do trabalho, que as mudanças e postura são cruciais na busca para tentarmos realmente promover uma escola inclusiva. Eliminar os fatores que produzem exclusão dentro de nossa escola ou qualquer outra, implica em mudanças profundas de atitude. De acordo com Mantoan:

Precisamos ressignificar o papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. São as escolas que precisam mudar e não os alunos, para que esses tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas. (MANTOAN, 2015 p. 23)

A educação inclusiva é um tema amplo. A palavra e temática da inclusão abrangem diversos segmentos tais como, educação especial, educação de jovens e adultos, educação do campo e indígena, questões de gênero, dentre outras diversas possibilidades. Este plano de Ação teve como foco a inclusão educacional das crianças com deficiência e o acolhimento das suas famílias buscando participação e esclarecimentos aos familiares.

Quando comecei essa especialização, trazia comigo um desejo grande de saber mais sobre educação inclusiva e discutir alguns conceitos equivocados e talvez ultrapassados sobre o tema. O fato de ter um irmão de 34 anos com hidrocefalia me aproximou ao longo de toda vida de preocupações em relação às

¹ Optei por não identificar o nome da escola neste trabalho. Portanto, irei me referir a escola como "EMEI X".

peessoas com deficiência. Mas o que vi foi que, apenas um desejo e um saber equivocados não são suficientes para promover transformações. Era preciso ir além. Se me perguntassem o que era deficiência antes do curso iniciar, o que me vinha à cabeça era: limitações, incapacidades ou conceitos relacionados à falta de algo em relação a um padrão estabelecido. A noção de que a deficiência não está, necessariamente no sujeito, mas em barreiras, foi essencial. Conforme Caiado, Berribille e Saraiva (2013), “o foco da deficiência se desloca de um impedimento puramente orgânico e patológico e passa a ser o da existência de barreiras sociais que impedem a participação plena na vida social” (p.20). Olhar o sujeito com deficiência como alguém que funciona diferente, com estratégias diferentes, foi muito importante para desconstruir a ideia da deficiência enquanto incapacidade. No fim das contas, diferenças, todos temos uns em relação aos outros. Talvez estejamos constantemente nos equivocando ao tentar tornar as pessoas iguais, homogeneizar.

A Pós-Graduação *Latu Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) se mostrou como uma possibilidade de aproximarmos os familiares das crianças com deficiência de nossa escola, em situações que não sejam apenas de resoluções de problemas, mas para acolher as famílias e mostrá-los que buscamos uma escola parceira da comunidade e que tem como propósito e metas, inclusive no projeto político pedagógico, a construção de uma escola mais inclusiva diversa e consciente. Reunir-nos com as famílias das crianças com deficiência para trocar experiências e aprender juntos foi uma oportunidade muito rica. O foco principal do meu trabalho foi o acolhimento das famílias, entretanto cabe esclarecer como começou este plano de ação e como cheguei nesta proposta.

Sou servidora Assistente Administrativo Educacional (AAE) da prefeitura de Belo Horizonte desde 2012 e trabalho na EMEI X há três anos. Matriculei-me na especialização do LASEB juntamente com mais três professoras² dessa mesma escola, grandes parceiras e colegas de trabalho. Desde o momento da inscrição e concorrência pelas vagas, fomos incentivadoras umas das outras e, quando conseguimos as vagas exatamente no mesmo curso, nossa ideia inicial era fazer um

² Elizabeth Junqueira Santos, Professora para Educação Infantil, servidora na EMEI X, graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Luciana Aparecida de Andrade, Professora para Educação Infantil, servidora na EMEI X, Graduada em Pedagogia e especialista em Educação Ambiental pela UEMG; Lourdes Eduardo Lopes, Professora para Educação Infantil, servidora na EMEI X, Graduada em Pedagogia e especialista em Educação Infantil pelo CEPENG.

projeto que englobasse toda a escola e que o fizéssemos juntas. A ideia era estreitar as relações entre familiares das crianças com deficiência e instituição mostrando a essas famílias que não apenas queríamos uma escola inclusiva e acolhedora, mas que era possível fazer acontecer. Pensamos em palestras, grupos de estudos, sempre juntando famílias e profissionais da escola. Apresentamos essa proposta aos professores e auxiliares de apoio ao educando da escola no mês de abril de 2019 e na mesma semana fizemos um levantamento das crianças com deficiência e chamamos essas famílias para contarmos das nossas ideias. Para nós parecia o projeto ideal, mas após a aplicação de questionários³ para levantamento de demandas no mês de maio de 2019, vimos surgir novos destinos para nosso trabalho. Vimos também que essas demandas dependiam de encontros e estudos específicos entre os diferentes segmentos: professores, auxiliares de apoio ao educando e pais de alunos com deficiência.

Vimos que a visão da família em relação à escola era bem diferente de como pensavam professores e auxiliares de apoio ao educando e que, portanto, desmembrar a proposta e promover encontros separados poderia ser mais produtivo. Desse modo, com a ajuda de nossa orientadora, nos dividimos em quatro propostas de trabalhos diferentes. As professoras Lourdes e Luciana ficaram com os professores, a professora Elizabeth ficou com as auxiliares de apoio ao educando e eu fiquei com as famílias das crianças com deficiência. Apesar de cada uma de nós ter uma responsabilidade diferente, decidimos que continuaríamos apoiando e participando dos projetos umas das outras, às vezes como ouvintes e muitas vezes participando efetivamente da aplicação dos projetos umas das outras. Ter quatro servidoras da mesma escola na especialização se mostrou um grande privilégio. Nos momentos de angústias, umas incentivando as outras e até mesmo para legitimar nossas ações e o fato de não estarmos sozinhas foi muito importante. Outro aspecto fundamental foi o apoio da direção da escola. Não houve qualquer impedimento por parte da gestão para que fizéssemos nossos planos de ação e, sobretudo nos encontros com as famílias, sempre havia sempre um representante da gestão.

³ Questionário completo se encontra no APÊNDICE A, p. 56.

1.1 A AUTONOMIA DAS EMEIS E A EDIÇÃO 2019 DO LASEB

Os anos de 2018 e 2019 foram muitos desafiadores para quem atua na rede municipal de Educação. Começamos a passar por um período de transição que adveio de uma reforma administrativa muito significativa promovida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), sobretudo para quem trabalha nas EMEIS.

Esta reforma administrativa será com certeza um dos grandes legados da gestão 2017- 2020, pois, ofereceu às unidades municipais de educação infantil (UMEIS) a autonomia financeira, pedagógica e administrativa que sempre foi um desejo dos servidores e promessa das gestões anteriores do município. Considero como um grande avanço na história da educação infantil de Belo Horizonte ainda em período de transição.

Resultado de um sonho e de muitas lutas por meio das greves e negociações da categoria, especialmente professores da educação infantil e gestores das EMEIS, a reforma administrativa implementada por meio da lei 11.132/2018⁴ propiciou a autonomia das UMEIS para EMEIS (BELO HORIZONTE, 2018). Obviamente não tem sido exatamente como sonhamos. Existem muitos pontos a serem melhorados ao longo do processo de transição que se dará até dezembro de 2020. A questão administrativa e financeira tem sido um grande desafio para as gestoras das EMEIS que, até então contavam com a ajuda de outra escola neste aspecto. As UMEIS, até então, contavam apenas com uma vice-diretora que permanecia na unidade. O diretor da EMEI era também diretor (a)⁵ de alguma Escola Municipal da PBH, que, atrelada a uma UMEI, era chamada de escola sede. Ou seja, toda UMEI era uma unidade municipal de educação infantil que pertencia e dependia de uma Escola Municipal sede. Esta escola Municipal era a detentora das verbas, da gestão financeira, administrativa e teoricamente deveria ter conhecimentos e participar dos processos pedagógicos. Mas, como gerir uma UMEI à distância? Esse era um dos grandes impasses e motivo da necessidade de se ter a autonomia das UMEIS. E

⁴ Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis, cria o cargo comissionado de Diretor de Emei, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de Emei e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências.

⁵ Nas Escolas Municipais, é comum que tenham professores e professoras, por isso, utilizei diretor (a). Nas EMEIS, apesar de existirem alguns homens e não haver impedimento de fazerem o concurso para professor da educação infantil é bem mais raro um professor do sexo masculino.

assim foi durante 15 anos, desde a inauguração das primeiras UMEIS no ano de 2004⁶. Na prática, o vice- diretor acabava absorvendo as demandas do diretor, que não tinha tempo de visitar com frequência as UMEIS. O prejuízo para as UMEIS era imenso. A autonomia das UMEIS era urgente!

Até outubro de 2018, éramos UMEI e atualmente somos EMEI. O LASEB tem relação direta com essas conquistas, pois é uma delas. O LASEB, que teve sua última edição no ano de 2015, é uma parceria entre a UFMG e prefeituras para oferecer formação continuada para seus educadores. A reivindicação por formação continuada é frequentemente pauta de discussão e motivo de paralisações e greves na educação. Nos questionários de avaliação institucional que aplicamos o início do ano, parte do nosso plano de ação, quando perguntamos se os professores se interessariam por formação sobre educação inclusiva, o sim foi unânime⁷. No capítulo reservado para falar sobre o questionário, irei explicar melhor como foi aplicado e darei maiores detalhes.

Ao final da greve de 2018, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) reabriu a parceria com o LASEB oferecendo sete cursos de pós-graduação além de vários cursos rápidos de atualização na Faculdade de Educação (FAE/UFMG) e no Centro Pedagógico da UFMG nas áreas de português, inglês e matemática. Além disso, a PBH ofereceu 470 vagas no curso de Pedagogia da Faculdade UEMG para início em agosto de 2019 numa nova parceria entre PBH E UEMG. Ainda que não atenda totalmente as expectativas dos professores, em parte a prefeitura tem cumprido a promessa da formação continuada. O LASEB tem sido para nós, um momento muito prazeroso de aprender, trocar experiências sobre outras escolas e poder ter a chance de levar um pouco do que temos aprendido para nossas escolas.

No início de 2018 tivemos a segunda maior greve da história da Educação Infantil. Foram 52 dias de greve⁸ que resultaram em algumas vitórias para a

⁶ As informações sobre as primeiras UMEIS foram retiradas da Dissertação de Mestrado “EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE POR MEIO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA”, conforme referências.

⁷ Verificar gráfico com as perguntas e respostas dos questionários destinados aos professores no APÊNDICE B, p. 59.

⁸ Informações retiradas do site “hoje em dia”: PROFESSORES DA REDE INFANTIL MUNICIPAL DE BH ENCERRAM A GREVE DE FORMA DEFINITIVA. **HOJE EM DIA MG**, 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/professores-da-rede-infantil-municipal-de-bh-encerram-a->

categoria. Uma das grandes lutas das professoras das EMEIS tem sido pela equiparação salarial com os professores do ensino fundamental da Rede Municipal. Atualmente os professores da educação infantil recebem salários mais baixos que os demais do fundamental. Ao final da sofrida greve, os professores obtiveram três níveis na carreira, cerca de quinze por cento de aumento, aproximando um pouco mais seus salários aos dos professores do fundamental. Além da autonomia das EMEIS que já era uma possibilidade estudada e então concretizada pela PBH na LEI 11.132/2018 (BELO HORIZONTE, 2018).

Apesar de ter licenciatura e bacharelado em História (foi o que me possibilitou conseguir a vaga no LASEB) e já ter atuado na docência, sou servidora administrativa da educação na PBH. Ou seja, sou professora por formação, mas não estou professora. Quando ingressei no LASEB em agosto do ano passado, meu cargo era de Auxiliar de Secretaria Escolar. Após a lei 11.132/2018, meu cargo sofreu uma fusão com o cargo de Auxiliar de Biblioteca Escolar e todos passaram para o cargo de Assistente Administrativo Educacional (AAE), um novo cargo, conforme lei 11.132/2018 (BELO HORIZONTE, 2018). Com a mudança de nomenclatura, vieram novas atribuições. Atualmente, nós AAE, podemos atuar tanto nas secretarias das Escolas Municipais e EMEIS quanto nas bibliotecas. Meu cargo não tem atribuições pedagógicas, no entanto, no dia a dia escolar, é muito difícil separar as relações e o fato de ter formação na área da educação me faz ter um olhar de cuidado e preocupação tanto com os alunos quanto com os pais. Quando a SMED (Secretaria Municipal de Educação) abre a possibilidade de servidores administrativos participarem das formações continuadas como o LASEB e também o curso de Pedagogia da parceria com UEMG, entendo que a atual gestão municipal nos incluiu nesse processo de valorização dos servidores.

Enxergar os servidores administrativos e nos incluir nesse processo de valorização foi para mim um grande avanço, visto que meu cargo não era dos mais valorizados da categoria da educação. Trabalho na rede há seis anos e meio e frequentemente algum professor ou outro funcionário me pergunta se sou contratada ou concursada. Pode parecer bobagem ou vaidade, mas o desconhecimento do fato de sermos da categoria educação e de que somos inclusive atrelados ao mesmo sindicato, pode ser muito nocivo e pode causar mais separações na categoria que,

pelo menos no meu entendimento, deveria ser das mais unidas.

O cargo de AAE assim como o dos professores da Educação infantil, também sofre com a desvalorização. As lutas são bem difíceis, pois somos aproximadamente mil e setecentos servidores em toda a rede. Mobilizar dois ou três servidores de cada escola não é tarefa fácil. Talvez por isso tenha demorado tanto para conseguirmos iniciar nosso processo de valorização dentro das escolas, inclusive. Com a LEI 11.132/18, os AAE também obtiveram um reajuste salarial de 15% além da oferta de aumento da carga horária de 30 horas para 40 horas semanais. A maioria aceitou o aumento da carga horária e a partir de março de 2019, as escolas e EMEIS passaram a ter os servidores por maior tempo de permanência nas instituições (BELO HORIZONTE, 2018).

O fato de estar no LASEB e ter como condição executar um plano de ação na escola onde trabalho foi muito desafiador. Mostrar aos professores que sou parte do grupo e que quero contribuir, apesar de não atuar em sala de aula, é bem delicado. Foi preciso rever cotidianamente minhas ações e meus objetivos e sempre tentar compartilhar com o grupo minhas intenções. Busquei fazer meu trabalho com o cuidado e respeito pelo papel dos professores, que é diferente do meu.

No início parecia impossível encontrar uma abertura para mostrar o que eu pretendia. Hoje, com o plano de ação executado, mesmo não tendo sido fácil, sinto que cumpri o que eu pretendia e a gestão da escola abraçou o projeto como algo institucional. Sei que o projeto/ação não parou por aqui e isso é muito gratificante. Igualmente importante, ter a presença de outras professoras de minha escola no LASEB foi essencial, pois nos apoiamos o tempo todo e sempre buscamos participar juntas de todas as ações. Acredito que sem a ajuda das minhas colegas de sala do LASEB que trabalham comigo na EMEI, talvez eu não conseguisse muito além de uma coleta de dados. A execução do plano, sem elas não sei se aconteceria.

1.2 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

Meu plano de ação aconteceu no meu local de trabalho. Nossa EMEI é uma das primeiras Escolas de Educação Infantil da prefeitura de Belo Horizonte no formato e padrão que atualmente tem inúmeras unidades em toda cidade. As primeiras 15 EMEIS de Belo Horizonte foram inauguradas no ano de 2004, ainda com nome de UMEIS. Estar entre as primeiras EMEIS, historicamente é um dado muito importante,

pois temos em nosso corpo docente algumas professoras que participaram do primeiro concurso para educação infantil ocorrido no ano de 2003. Suas experiências e vivências certamente são de grande importância para nossa escola. A maioria das professoras tem nível superior e muitas têm pós-graduação em diversas áreas da educação. Um detalhe é que até o último concurso para professor de educação infantil, realizado no ano de 2013 para professor de educação infantil, a exigência era nível médio com magistério. A partir dos próximos concursos a exigência para ingresso no cargo será de nível superior. Essa foi uma condição para que se desse início a equiparação salarial com os professores do ensino fundamental. Com a oferta da graduação em pedagogia pela Rede municipal neste ano de 2019, três servidoras da EMEI X inscritas, foram contempladas. Também temos outras professoras da EMEI Fazendo outros cursos no LASEB. São três professoras fazendo a especialização em Gestão e mais uma fazendo especialização em Educação Infantil. A PBH tem ofertado muitas formações em 2019 e vários servidores têm aproveitado essas oportunidades na nossa escola.

Atualmente temos 47 professoras. Dessas 47, uma é diretora, outra é vice-diretora e outras três são coordenadoras. Uma delas atua em de turno integral e duas de turno parciais, uma de manhã e outra à tarde e as demais 44 professoras são regentes. Temos também uma secretária escolar e dois assistentes administrativos educacionais que somos eu e mais outro colega, ou seja, três servidores na secretaria escolar. Todos esses servidores são todos concursados pela Prefeitura.

Além disso, contamos com cinco cantineiros, quatro faxineiras e um porteiro além de 19 auxiliares de apoio ao educando, que são funcionários terceirizados. As auxiliares de apoio ao educando podem atender tanto as crianças com deficiência quanto as turmas de 0 a 2 anos que exigem o apoio dessas profissionais além das professoras da turma. Ou seja, elas podem auxiliar apenas um aluno com deficiência em seu cuidado, como também pode apoiar uma turma de até 16 alunos em suas mais diversas necessidades tais como, banhos, locomoção, alimentação, etc.

Nossos funcionários terceirizados também estão passando por uma transição em seus contratos de trabalho. Com a Lei 11.132 (BELO HORIZONTE, 2018) que trata da autonomia das EMEIS, uma mudança muito grande ocorreu em relação à contratação de pessoas. O novo formato não permite a contratação direta na escola, então nossos terceirizados estão migrando da caixa escola (que é uma contratação

direta na escola) para a empresa Minas Gerais Administração e Serviços S. A. (MGS). Dos terceirizados, a qualificação exigida é nível básico para porteiro, faxineiras e cantineiros. Para a auxiliares de apoio ao educando é exigido o ensino médio. Em nossa EMEI temos muitas auxiliares de apoio ao educando que são também estudantes de pedagogia, porém algumas AAE não têm formação além do ensino médio.

A EMEI X tem capacidade para 440 alunos e atualmente temos 367 matriculados em suas 14 salas divididas em 10 turmas parciais no turno da manhã de um a cinco anos, 10 turmas parciais à tarde de um a cinco anos e três turmas integrais de dois anos que encerram esse ano com suas vagas integrais. Este ano de 2019, ficou uma sala vazia no turno da manhã e uma sala vazia no turno da tarde. Além das salas de aula, temos uma sala multifuncional com livros, vídeo e brinquedos que chamamos de “brinquedoteca”. Nessa sala, funcionou muito tempo o berçário, mas há dois anos a PBH não autoriza o funcionamento em nossa escola. Nas EMEIS da PBH, em geral, o atendimento integral é de zero a dois anos. Porém nos últimos dois anos a prefeitura passou a ofertar vagas parciais a partir de um ano e esse ano de 2019 temos somente as turmas integrais que são nossos alunos antigos do integral desde o berçário. No ano de 2020 não teremos mais o atendimento integral na EMEI. Desse modo a prefeitura oferta em horário parcial, para cada idade que abre turmas na EMEI, o dobro das vagas se fossem integrais. Ainda não foi possível avaliar o impacto disso em nossa comunidade. Não sabemos se o atendimento em horário apenas parcial atende as mães trabalhadoras.

Nossa escola passou por uma obra de ampliação no ano de 2012 e antes contava com apenas sete salas das atuais 14. Além do novo pavimento, existe uma extensa área verde entre o prédio antigo e a obra de ampliação que consideramos um grande privilégio. Chamamos o espaço de bosque e muitas famílias adoram o fato de seus filhos poderem ter um contato com a natureza, pois, muitas professoras levam as crianças para brincar e fazer atividades ao ar livre no bosque. Talvez, ir ao bosque seja um desafio quando pensamos em acessibilidade. Neste ano de 2019 não temos nenhuma criança cadeirante, mas praticamente todos os anos anteriores tiveram crianças usuárias de cadeiras de rodas. A escola possui vários espaços além das salas de aula que permitem que muitas turmas possam trabalhar fora de sala de aula ao mesmo tempo. Dois pátios grandes, um hall de entrada que fica junto do refeitório e um campinho bem grande também. O refeitório não

acompanhou obra de ampliação. Não houve ampliação do mesmo e isso dificulta muito em termos de acessibilidade segundo as professoras. Caso o aluno seja cadeirante ou tenha alguma dificuldade de locomoção, acaba sendo prejudicado por não poder circular pelo refeitório e sentar em lugares diferentes como fazem a maioria das crianças. A escola possui apenas um banheiro adulto com acessibilidade, e dois banheiros adultos comuns. Os demais banheiros são infantis sendo dois comuns e quatro infantis com acessibilidade.

O público atendido em nossa comunidade é de classe média em geral, pois, a EMEI está localizada em um bairro e região que concentra maioria dos moradores de classe média. Até o ano de 2017, a inscrição era feita diretamente na EMEI, fazendo com que famílias de vários bairros da circunvizinhança se interessassem pela vaga na EMEI X. Por estar entre as mais antigas da rede municipal de Belo Horizonte, a nossa EMEI é muitas vezes considerada uma das melhores da cidade. Isso atraiu por muitos anos pessoas de bairros até bem distantes da EMEI. Nos últimos dois anos, o processo de inscrição passou a ser online, considerando o CEP de residência da família. Com isso nossas inscrições caíram de uma média de 1000 crianças inscritas para uma média de 300. Isso possibilitou o atendimento de muito mais crianças que residem no próprio bairro dando uma nova característica ao público atendido. Nosso público atual é bem exigente e também muito participativo. As famílias das crianças com deficiência são especialmente participativas e interessadas quando são chamadas na escola.

A EMEI X tem matriculado alunos com deficiência desde sua inauguração em 2004. Quando começamos a especialização do LASEB em 2018, tínhamos 18 alunos com deficiência matriculados. Atualmente temos 16 alunos com alguma deficiência na escola, quatro no turno da manhã, oito no turno da tarde e quatro no turno integral. Temos alunos com alguma deficiência matriculados em todas as faixas etárias. São quatro alunos nas turmas de um ano, dois alunos nas turmas de dois anos, quatro alunos de três anos, quatro alunos de quatro anos e dois alunos de cinco anos. As deficiências apresentadas nos laudos são: dois com síndrome de Down, cinco com atraso do desenvolvimento neuropsicomotor (ADNPM), um com deficiência física, um com colpocefalia/ lesão cística no abdome, três com transtorno do espectro autista, um com baixa visão, um com surdez severa, um com deficiência auditiva leve e um com alimentação restrita.

1.3 REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nossa última versão de Projeto Político Pedagógico (PPP) é do ano de 2012. Nesse ano de 2019, com a autonomia da EMEIS, foi proposta pela direção da EMEI para todo o grupo de professores, a revisão do Projeto. Quando foi elaborado, o projeto contou com uma empresa de assessoria que praticamente escreveu o texto. Foi feita uma pesquisa com a comunidade na época e o que temos é um texto que já não mais reflete a escola atual. Antes, atrelada a uma escola sede, nosso projeto acaba contando muito sobre a antiga sede da UMEI. Se já não somos mais UMEI, e sim EMEI, a própria PBH sugeriu que até o final desse ano de 2019 a escola termine a rever o PPP. Meu grupo de colegas do LASEB e eu fomos convidados pela gestão da escola a contribuir com o texto do PPP na aparte da educação inclusiva e diversidade, juntamente com a coordenadora de tempo integral e a coordenadora do turno integral e a coordenadora do turno da tarde. Essas duas que também são alunas do curso de gestão no LASEB e também estão fazendo seus planos de ação na EMEI.

Ao lermos o PPP de 2012, tivemos uma grande surpresa e a certeza da necessidade de revisão. O texto, não traz a palavra inclusão em qualquer linha que seja. Educação inclusiva ou escola inclusiva e diversidade não foram abordadas. Embora sejamos uma escola que busca ser inclusiva, temos um PPP com um texto técnico e distante de nossa realidade atual. Não acho que seja culpa do grupo de professores, não há culpados. Penso que temos que olhar pra frente, e cuidar para não apenas colocar no papel que a EMEI X é uma escola Inclusiva, mas também repensar o cotidiano.

O grupo de professores matriculados no LASEB foi convidado no início do ano para ajudar na elaboração do texto sobre inclusão e diversidade do PPP. Além do texto final do PPP, para que as famílias possam participar da elaboração ainda que indiretamente, foi elaborado um questionário para saber o que as famílias pensam sobre nossa escola. Não se trata do mesmo questionário que aplicamos no mês de abril de 2019 para as famílias das crianças com deficiência. Esse outro questionário elaborado pelo grupo de professores foi enviado para os emails das famílias de todos os alunos da escola para possibilitar sua participação no PPP. A ideia é ler as questões enviadas e fazer uma análise qualitativa das opiniões das

famílias para compor nosso projeto político pedagógico. O convite da direção para participarmos tanto do texto do PPP quanto da elaboração do questionário para as famílias das crianças matriculadas na EMEI X foi pra mim muito importante. Demonstrou confiança de nossas gestoras no trabalho que estávamos realizando.

De acordo com Mantoan (2015), famílias e a comunidade precisam participar da elaboração e cuidar para que se cumpra o projeto político pedagógico. Para ela, numa escola inclusiva, ensina-se a valorizar a diferença pela convivência com os pares, pelas atitudes e exemplo dos professores e também com um clima socioafetivo estabelecido entre a comunidade escolar. Penso que a gestão escolar tenha grande responsabilidade pelo clima escolar, seja entre profissionais que trabalham na EMEI, seja entre famílias e comunidade escolar. Portanto, na elaboração de nosso PPP, talvez por falta de verbas para termos uma assessoria que nos ajude a rever e reformular o projeto (considero como sorte), nós mesmos, servidores da EMEI, é que faremos o texto final possibilitando que tenha mais a nossa identidade.

02. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 SOBRE NOSSA ESCOLA E A CONCEPÇÃO INCLUSIVA

Para a inclusão temos problemas de estrutura física, muitas vezes falta o diálogo entre famílias, escola e falta de recursos. Mas o que vi, ao longo do plano de ação foi que a barreira da atitude é a principal. É a que pode abrir milhões de possibilidades de aprendizados, oportunidades e novas perspectivas. Mas também, quando o sujeito, seja professor ou outro profissional da educação não tem o desejo da mudança, nada acontece. Mudar dá trabalho, incomoda, mas a escola precisa urgente modificar seu funcionamento para incluir a todos. Não me refiro somente a minha escola, mas toda e qualquer escola que se pretende inclusiva. De acordo com Mantoan:

...a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional – que por sua vez, abala a identidade fixada dos professores e faz que seja ressignificada a identidade fixada do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais. (2015, p. 35)

Podemos ter todos os recursos, os mais modernos possíveis em termos de acessibilidade, mas se não existir a vontade de fazer, não acontece. A cada conversa que tive com as professoras da minha escola no dia a dia, eu ia tendo mais certeza disso. Falar sobre atitude ou falta de atitude com alguns profissionais é extremamente delicado. Muitas profissionais, colegas de trabalho que fizeram pós-graduação há mais tempo nas mais diversas temáticas da inclusão parecem insistir na não atualização, em conceitos ultrapassados. Há frequente utilização de conceitos que já não estão mais em uso, termos inadequados, equivocados. Nesse sentido, a criação de um “Grupo focal”, que faz parte do plano de ação da minha colega de LASEB Luciana Andrade, tem contribuído para pensarmos enquanto grupo, sobre nossas práticas e sobre inclusão de uma maneira mais atual. Sou uma das participantes do grupo focal. No caso das professoras, repensar as práticas em sala de aula. De acordo com Santos e Paulino (2004), a demanda da inclusão chega à escola antes da preparação do professor, e a solução tem sido a capacitação em serviço (p. 45). Mas o que fazer então, se o aluno com deficiência chega à escola e não nos sentimos preparados? Até quando vamos sacrificar essas pessoas? Mantoan (2004) nos descreve que, “temos de nos habituar a reaprender constantemente com nossas ações, individuais ou coletivas” (p. 14). Segundo a autora, não é o aluno que tem de mudar ou se adaptar. A escola tem que mudar.

Santos e Paulino (2004) e Mantoan (2012) são ativistas e educadoras inclusivas e escreveram esses textos citados aqui há mais de dez anos. E mesmo assim elas podem ser consideradas atuais.

De acordo com SASSAKI (2009), existem várias barreiras para a acessibilidade: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática e, por último a dimensão atitudinal. A dimensão arquitetônica está ligada a eliminação de barreiras físicas. A dimensão comunicacional seria sobre a eliminação de barreiras de comunicação entre as pessoas. A dimensão metodológica, sobre eliminar barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc. A dimensão instrumental seria sobre a eliminação das barreiras com a criação de instrumentos, utensílios e ferramentas facilitadoras. A pragmática está ligada a eliminação de possíveis barreiras invisíveis nas legislações, corrigindo e atualizando frequentemente os textos de lei e regras para que não aconteçam impedimentos da participação de todos os alunos, seja na vida escolar, no lazer ou no trabalho. Por último, a mais delicada de todas e que da certa forma vejo como a barreira que impede inclusive que outras barreiras sejam eliminadas: a barreira atitudinal. Segundo SASSAKI (2009) a barreira atitudinal está ligada a eliminação de toda forma de preconceito e impedimento de participação de todos.

Eliminar a barreira atitudinal implica em mudar práticas, realizar sensibilização e conscientização constante, mexer nas estruturas de uma sociedade que ainda é preconceituosa e muitas vezes não admite isso. Concordo com essa análise e vi isso claramente ao longo da prática e vejo também no meu dia a dia, seja na escola como assistente, seja como irmã de um rapaz de 34 com hidrocefalia. No caso do meu irmão, fica muito evidente a dificuldade das pessoas da minha idade em lidar com as deficiências de uma maneira geral. A não convivência com pessoas com deficiência em escolas num passado muito recente, ainda reflete isso em nossa sociedade.

Ao longo desse trabalho busquei colocar esses modelos estigmatizados de inclusão da pessoa com deficiência para as famílias que tem participado dos encontros na EMEI. Tentamos desconstruir juntos esses conceitos que, embora antigos, estão muito arraigados em nosso pensamento.

2. 2 UM POUCO SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA

Historicamente as pessoas com deficiência e também seus familiares sofrem com a exclusão em todos os meios sociais e no espaço escolar não seria diferente. Por isso, apesar de não ser tão recente a discussão sobre escola inclusiva, é necessário revisita-la constantemente.

Desde a antiguidade, passando pela idade média e até um passado bem recente a humanidade tem lidado com as deficiências de forma que essas pessoas sempre estivessem fora de um padrão de normalidade. Nos tempos mais antigos, essas pessoas eram praticamente eliminadas e eram associados a condições sobrenaturais, castigos, demoníacas.

Augustin (2012) cita três modelos de deficiência e suas implicações na educação inclusiva, que são o modelo caritativo ou religioso, o modelo médico e o modelo social. O modelo religioso é esse que remonta a antiguidade. Nessa perspectiva, a pessoa com deficiência é alguém que depende da caridade dos outros, um modelo que reforça a incapacidade e dependência da pessoa com deficiência. Apesar de ser o mais antigo, o modelo religioso provavelmente ainda permanece no imaginário de muitas pessoas. Basta observar a reação das pessoas em relação a pessoa com deficiência, muitos tem pena, muitos acham que aquela pessoa está “pagando algum pecado”. Eu convivo com isso desde minha infância anos ao lado de um irmão com hidrocefalia. Dificilmente as pessoas percebem e entendem que ele é uma pessoa feliz do jeito que é. E que não existe cura ou milagre. O milagre é essas pessoas poderem viver com cada vez mais recursos e qualidade de vida!

O modelo médico, segundo Ingrid Augustin (2012) teve início no século XVIII, quando começaram os avanços da medicina e a ideia de que é possível obter a cura das pessoas com deficiência. “É um modelo de deficiência que busca um “padrão de normalidade”, de funcionamento físico, intelectual e sensorial.” (p.2) É verdade que o modelo médico tem contribuído muito na perspectiva de que muitas pessoas com deficiências podem ser ajudadas em suas limitações com intervenções médicas.

Mas Augustin critica o modelo médico no sentido que há um risco do diagnóstico prevalecer sobre outros aspectos sociais ou emocionais. Temos que ter muito cuidado, pois o desejo e a busca pela cura de uma determinada deficiência nem sempre é o melhor caminho para algumas. Tenho um grande exemplo que é meu irmão com hidrocefalia. Ainda que um dia ele não precise mais de uma válvula

em sua cabeça, ainda que nunca mais tenha crises convulsivas, as sequelas da deficiência sempre estarão lá, as características da deficiência, como a cabeça maior que o padrão sempre estará com ele, enquanto ele viver. O importante é saber que não há uma cura para buscarmos para essas pessoas, e sim uma vida feliz e com qualidade e recursos. Nesse sentido, para mim e minha família, ele está curado.

Por último, temos o modelo social:

O modelo social aponta criticamente para o modo como a sociedade se organiza, desconsiderando a diversidade das pessoas e excluindo pessoas com deficiência de meios sociais e políticos. Este modelo identifica três barreiras principais que a pessoa com deficiência enfrenta: barreiras de acessibilidade, institucional e atitudinais. Acredita-se que superando estas barreiras haverá um impacto benéfico para toda a comunidade. O modelo social tem permitido à pessoa com deficiência retomar o controle de sua própria vida e ainda ter o poder de tomar decisões nos meios sociais, participando ativa e politicamente de sua comunidade (AUGUSTIN, 2012, p. 3).

Portanto, pelo modelo social, pude perceber a deficiência de outro modo. Meu motivador e norteador a todo tempo foi a ideia de que podemos tirar a condição de eficiência do sujeito, e que a deficiência assume uma dimensão social que leva automaticamente a pensarmos sobre como combater a exclusão. É isso que o modelo social pretende: combater toda e qualquer forma de exclusão. Ainda de acordo com Augustin (2012), numa sociedade plenamente desenvolvida, não haveria deficiência, pois as deficiências são resultados de falhas da própria sociedade, a sociedade é a maior limitadora. Ou seja, a barreira da atitude é uma grande limitadora e também pode ser a grande libertadora. Quando pensamos em recursos de acessibilidade, isso fica muito claro. Por exemplo: um cego só terá dificuldades em aprender a ler de não tiver os recursos para aprender a ler em braile. O cadeirante só não se locomove onde não tem rampas e os demais recursos para sua locomoção. Essas pessoas poderão ter uma vida “normal”, se o mundo estiver preparado para recebê-las. Por isso, não é que precisemos desconsiderar os outros modelos e visões sobre as deficiências, mas conhecer melhor cada um pode nos ajudar a desconstruir preconceitos e possíveis formas de exclusão.

Pereira (2009) chama a deficiência de “uma diferença funcional”, considerando que são tantas e as mais diversas deficiências, que essas pessoas com deficiência são pessoas que funcionam de formas diferentes. Vai ao mesmo sentido dos demais autores citados quando diz: “Por ironia, as chamadas pessoas com deficiência tornam-se limitadas exatamente naqueles pontos em que a

sociedade e/ou o ambiente são excludentes em relação à diversidade funcional” (PEREIRA, 2009, p. 716). Mais uma vez, a deficiência não está no sujeito, e sim nas limitações sociais.

Seu intuito é substituir termos pejorativos como a própria deficiência, incapacidade, invalidez para combater os aspectos negativos e discriminatórios da condição da pessoa com deficiência. O termo, apesar de ser de 2009 e não ter ainda totalmente emplacado na literatura faz todo sentido para quem vive na busca de eliminar tais preconceitos. Perceber as diversas visões sobre a deficiência e como ela foi vista ao longo do tempo nos ajuda a compreender melhor nosso momento atual e tem me ajudado a dialogar com as famílias das crianças com deficiência de minha escola. Conhecer a história sempre nos possibilita ter mais consciência do rumo que decidimos tomar. Além disso, as mudanças ao longo da história nos ajudam a compreender que apesar dos avanços principalmente do ponto de vista das legislações atuais, não foram suficientes ainda e que as lutas das famílias e das próprias pessoas com deficiências são diárias.

Essa compreensão histórica pode nos ajudar também a entender como foram surgindo documentos, tais como a Constituição de 1988, a Lei de diretrizes e base da Educação de 1996 (BRASIL, 1996), a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1994), entre outros diversos eventos que marcaram a história da pessoa com deficiência. Documentos e leis extremamente significativos na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A questão legal é fundamental para garantir os direitos das pessoas com deficiência embora, conforme Mantoan (2015) muitas vezes a falta de clareza dos textos legais e seu caráter dúbio postergaram iniciativas que visavam inovações na educação das pessoas com deficiência. A inclusão das pessoas com deficiência começa a ser tratada com mais importância com o advento da Constituição de 1988, a qual reconhece que todos os indivíduos que integram uma sociedade são iguais e cidadãos de deveres e direitos.

A educação das pessoas com deficiência ou Educação Especial tem passado, ao longo da história, por diversos avanços do ponto de vista da inclusão. Os anos de 1990 são extremamente relevantes para contextualizar tais avanços. No contexto mundial, temos a Declaração de Salamanca, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), realizada na Espanha, na cidade de Salamanca. Essa declaração tem importância mundial, pois trouxe a discussão sobre a importância do movimento de inclusão social fazer parte

das políticas educacionais da época. O princípio de que todas as crianças devem aprender juntas, de que o Estado deve garantir a educação das pessoas com deficiência, de que deveria se estimular as pesquisas em educação especial, a inclusão não só da discussão sobre pessoas com deficiências diversas, mas também das crianças de rua, moradoras de áreas remotas, nômades entre outras minorias.

A Declaração de Salamanca é de fato muito importante no sentido de fazer globalmente as sociedades pensarem sobre seus sistemas educacionais e começarem a mudar o que era necessário. “Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas.” (UNESCO, 1994).

Na mesma perspectiva, em 1996, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), trás no capítulo V, o tema Educação Especial com o objetivo de atender aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, em classes comuns (art. 58), entre outras garantias nos artigos 59 e 60 que incluem necessidade de capacitação dos docentes e métodos de avaliação coerentes, conforme podemos observar no trecho da lei que segue:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação (BRASIL, LDB, 1996).

Nesta mesma perspectiva desse movimento mundial pela educação inclusiva, destaco também a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva do ano de 2008, que tem como objetivo de assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientar e garantir diversos direitos, dentre os quais destaco a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. No nosso caso, enquanto escola de educação infantil, primeira etapa da educação básica, é cada vez mais evidente o quanto é importante que todos estejam juntos na mesma escola desde essa primeira etapa. No mesmo sentido Mantoan (2015, p. 41), utilizando a legislação brasileira sobre inclusão, também conclui que não se justifica mais “a manutenção de um ambiente escolar apartado”.

Na concepção inclusiva da lei, esse atendimento especializado deve estar presente em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, da educação infantil à universidade. A escola comum é o ambiente mais

adequado par garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência, e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos estudantes (MANTOAN, 2015, p. 40).

Na própria Política Nacional temos:

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Concordando com a Política Nacional no ano seguinte, de 2009 a outro instrumento normativo fundamental para a proteção do direito a educação da pessoa com deficiência, é a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, legitimada no Brasil por meio do Decreto n.º 6.949/09, valorizando a dignidade das pessoas com deficiência, estabelecendo suas perspectivas e assegurando direitos iguais e inalienáveis. O objetivo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é promover, assegurar e proteger o pleno exercício equitativo de todos os direitos das pessoas com deficiência.

Podemos concluir que existe uma tendência mundial que caminha na mesma perspectiva dos autores discutidos nesse trabalho, de que precisamos combater toda e qualquer forma de exclusão. E que isso é um processo que se inicia na educação infantil e perpassa por todos os níveis de escolaridade. A escola é um o ambiente propício para pensar sobre inclusão e, sobretudo, ter atitudes inclusivas. Buscar formação contínua em se tratando de professores e gestores. Acolher toda e qualquer família ou comunidade escolar em situação de vulnerabilidade ou não.

03. PROCEDIMENTOS E RESULTADOS

3.1 O PLANO DE AÇÃO

Nosso plano de ação inicia com a ideia de aplicar um questionário institucional para professoras, famílias e auxiliares de apoio ao educando para entendermos o que eles pensavam sobre educação inclusiva e para definirmos como agiríamos a partir dali. Tentamos elaborar questões parecidas para os três seguimentos, embora algumas perguntas fossem mais pertinentes aos professores e auxiliares de apoio ao educando e outras às famílias. Ao final, tivemos um questionário para os pais, um para as auxiliares de apoio ao educando e um para as professoras. Algumas perguntas se repetiram e outras foram mais específicas.

A partir de março desse ano de 2019 então começamos efetivamente. Na segunda quinzena de março, conversamos com a direção da escola e explicamos nosso pré- projeto. Desde o primeiro momento a direção da escola recebeu a notícia e aprovou nosso plano. Então, marcamos três reuniões com os grupos das professoras da manhã, intermediário e tarde e contamos sobre nosso desejo de fazer intervenções, trazer palestras, montar grupos de estudos. Explicamos que o primeiro passo seria o questionário e salientamos a importância de responder nossas perguntas para sabermos as reais demandas dos professores e auxiliares de apoio ao educando. Na semana seguinte já estávamos aplicando os questionários nos intervalos para professoras e auxiliares.

A formação continuada e preparo dos professores, gestores e toda a administração escolar para lidar com os desafios da sala de aula tem se mostrado essencial. Aplicamos um questionário de avaliação institucional no início do plano de ação, no mês de abril de 2019 e a formação continuada foi apontada como um desejo unânime por parte dos professores. Uma escola alinhada com um projeto inclusivo exige formação constante. Uma escola em que o grupo se debruce a cada dia para estudar e entender as mudanças no campo da educação é muito importante, conforme aponta Mantoan (2015). Quando falamos em educação especial e educação inclusiva, o discurso do despreparo ainda aparece, e isso ficou muito evidente nas respostas dos questionários aplicados aos professores.

Em contrapartida, vimos nas respostas das famílias ao questionário institucional direcionado a elas, uma confiança muito grande no trabalho das professoras da EMEI X e isso representou uma responsabilidade maior ainda para o

grupo. Muitas vezes esses familiares não percebem alguma insegurança por parte da professora, ou qualquer despreparo. Pelo contrário, nas respostas dos questionários, vimos uma certeza depositada em nossas professoras em relação ao trabalho delas além da confiança na própria instituição.

No meu trabalho, focalizei na análise qualitativa apenas dos questionários de avaliação institucional feito com as famílias das crianças com deficiência, que foi meu objetivo principal. Além disso, construí, junto com o grupo de trabalho do LASEB, o gráfico com as respostas dos questionários das auxiliares de apoio ao educando, professores e também dos pais, de modo que poderemos analisar também quantitativamente as respostas obtidas no primeiro momento⁹.

No dia 2 de abril aplicamos os questionários às famílias. Enviamos com antecedência um bilhete no qual explicávamos sobre o LASEB e convidávamos os familiares das crianças com deficiência para uma reunião e explicamos a proposta de um plano de ação que ainda estava em construção. Na reunião, explicamos que o andamento do plano de ação dependia em primeiro lugar de um questionário de avaliação institucional onde levantaríamos o tema da inclusão e gostaríamos de saber o que eles pesavam. Registramos este dia, pois ele representa um começo, ainda que naquele momento não tivéssemos ideia dos caminhos que cada uma iria tomar com as demandas surgidas após as leituras dos questionários.

Consideramos a primeira reunião um sucesso. Nossa diretora participou da reunião e também as outras três professoras envolvidas no projeto inicial que era em conjunto. Luciana Andrade, Lourdes Eduardo e Elizabeth Junqueira, as três colegas de turma do LASEB. Naquele mesmo dia as famílias responderam as questões. Dos 16 alunos com deficiência matriculados naquele dia, nove famílias¹⁰ estavam presentes. Foi um dia muito especial. Muitos pais nos procuraram ao final e demonstraram muita alegria no que estavam vendo. A responsabilidade foi só aumentando.

O questionário para as famílias foi composto por oito questões, sendo uma fechada e sete abertas. Apesar de não ter sido obrigatório se identificar, todas as famílias se identificaram. Cinco pessoas declararam ter nível superior e quatro com

⁹ Os gráficos se encontram no APÊNDICE B, pág. 59.

¹⁰ Para não identificar os pais pelos nomes, considerando que em minha reunião do dia 02/04/219 alguns familiares estavam presentes dois representantes (pai e mãe), irei chamar as famílias por letras do alfabeto começando pela letra A até a letra I, escolhidas aleatoriamente por mim. Serão chamados de família A, família B e assim por diante.

ensino médio. Analisarei as perguntas e respostas dando destaque ao que mais me chamou atenção e também às respostas que mais se repetiram demonstrando ser a opinião da maioria.

A primeira pergunta foi *“o que você entende por educação inclusiva?”*. Nossa ideia naquele momento era saber se as famílias pensavam a inclusão apenas de uma forma mais geral (inclusão social), inclusão enquanto apenas integração, ou educação inclusiva enquanto um processo dentro da inclusão, mas algo muito específico, que seria a educação para pessoas com deficiência aprendendo no mesmo espaço escolar. Nesse sentido, Mantoan (2015) explica sobre o perigo de confundirmos inclusão com integração. De acordo com a autora, a integração pode acontecer tanto em escolas regulares quanto em escolas especializadas. Nesse segundo caso, as crianças com deficiência poderiam ser separadas do convívio como aconteceu durante muitos anos. As pessoas com deficiência tinham escolas especiais. O conceito de integração refere-se à inserção do aluno na escola simplesmente. O aluno adapta-se a escola ao invés do contrário acontecer. A ideia da integração parece ter encontrado por muitos anos, brechas na própria legislação. A constituição de 1988, por exemplo, ao garantir que é “dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 205), abre precedentes para que estes atendimentos não aconteçam na rede regular, ao usar o termo “preferencialmente”. Pode parecer simples, mas não é. Quando falamos em inclusão no lugar de integração, Mantoan (2015) explica que a inclusão é uma “inserção escolar de forma radical, completa e sistemática”. (p. 28) Para ela todos os alunos, sem exceções devem frequentar a mesma sala de aula do ensino regular. Não pode haver separação. Nesse caso, a escola adapta-se e não os alunos. Analisei as respostas com base na defesa dessa autora e busquei ações que visassem mostrar esse ponto de vista mais radical as famílias, como veremos mais a frente nas formações que fizemos e nos convidados que trouxemos para debater na EMEI X.

A maioria das respostas das famílias em relação ao que entendiam por educação inclusiva foi no sentido da integração. A satisfação das famílias no fato de seus filhos simplesmente estarem ali era quase geral. Com exceção de um pai que deu a seguinte resposta:

“Educação onde o indivíduo faça parte, efetivamente, do ambiente escolar. É preciso sepultar a ideia de que a permanência na escola é suficiente”

(família A).

Foi possível perceber a figura de um pai engajado e mais leitor sobre educação inclusiva e sobre as particularidades dos seus filhos. Isso foi se confirmando ao longo do plano de ação, com a participação da família A, às vezes o pai e às vezes a mãe, em todos os encontros e suas contribuições muitas vezes nos criticando duramente. A família A me ajudou muito ao longo do meu plano de ação.

A segunda pergunta de nosso questionário foi: *“Você acredita no processo de inclusão do sujeito com deficiência na escola regular? Justifique sua resposta”*.

Todos responderam que sim, acreditavam. A maioria justificou no sentido responsabilizar o professor. Este profissional precisa se capacitar, precisa querer se envolver. Alguns justificaram que a convivência, ou seja, mais uma vez no sentido da integração, era importante.

Família D: “Sim, se o profissional tiver interesse, empenho e principalmente, muita força de vontade”.

Família F: “Sim, desde que haja comprometimento dos envolvidos, encorajando o aluno, mostrando e ajudando ele em suas habilidades, não o expondo em suas deficiências, acredito muito nisso”.

Família G: “Acredito e preciso acreditar que existem pessoas dispostas a ajudar todos àqueles que estão nesse processo”.

Separei aqui apenas alguns exemplos de como as famílias depositam sua confiança no profissional da educação e o consideram é importante ou até essencial no processo de desenvolvimento de seus filhos. A ideia da barreira atitudinal está presente nessas opiniões embora muitas não tenham estudado a fundo os temas da educação inclusiva. Uma crítica que acho pertinente é que em nenhuma das respostas as famílias se incluíram como corresponsáveis no processo de aprendizagem das suas crianças. Embora a pergunta tenha sido sobre a escola regular, sabemos o quanto é essencial a participação da família.

A pergunta três foi: *“Para você, qual o maior desafio para a Educação Inclusiva?”* Essa foi uma pergunta fechada onde colocamos as seguintes opções: políticas públicas, falta de ação/envolvimento da equipe escolar, participação das

famílias, formação especializada dos professores e outros. Oito famílias responderam que o maior desafio seria o das políticas públicas, ou seja, a falta de políticas públicas. Era possível responder mais de uma opção, desse modo alguns responderam a formação dos professores como um dos desafios, mais uma vez responsabilizando os professores e apenas um pai respondeu que a participação das famílias era um desafio e um respondeu que o maior desafio era a falta de ação da equipe escolar. Mais uma vez reforçando como essas famílias confiam em nossa escola e acreditam que os problemas estão relacionados ao governo e não a nossa gestão escolar.

As perguntas quatro e cinco foram relacionadas às rodas de conversa ocorridas na Diretoria Regional Pampulha (DIRE-P). Pergunta Quatro: *“Você já teve a oportunidade de participar das rodas de conversa, que acontecem na Regional Pampulha? Fale sobre a sua experiência.”* Pergunta cinco: *“Na relação com a equipe de inclusão da regional Pampulha você considera que precisa melhorar? O que?”* De acordo com informações de nossa acompanhante da inclusão na DIRE-P, é uma prática fazerem rodas de conversa com as famílias das crianças com deficiência em média quatro vezes ao ano. O convite para essas rodas de conversa na regional chega a nosso email institucional da EMEI X e é enviado nas agendas apenas das crianças com alguma deficiência. São encontros bem específicos para tirar dúvidas acolher e falar dos assuntos de interesse das famílias das crianças com deficiência da PBH.

A minha intenção naquele momento era saber um pouco mais sobre esses encontros na diretoria regional da Pampulha (DIRE-P) que também não somos convidados a participar, entender a sobre a percepção das famílias e também para não fazer algo repetido em meu plano de ação, já que nosso objetivo com os questionários era levantar demandas. Apenas quatro famílias relataram ter participado das rodas de conversa na DIRE-P. Enquanto as outras cinco nunca haviam participado. As respostas foram todas no sentido de que as rodas servem para informar as famílias sobre direitos e trocas entre as famílias presentes. A resposta que chamou muito minha atenção e destoou das demais foi novamente da família A:

Família A: “Troca muito rasa de informação. Acolhimento inexistente. Postura extremamente tendenciosa e protecionismo as políticas públicas

praticadas mesmo que às avessas... a equipe age como fiscal...”.

Ao final da reunião, esse mesmo pai nos procurou e questionou inclusive o fato de nosso projeto inicial não ter a participação de um representante da Diretoria Regional Pampulha (DIRE-P), no sentido de que ações separadas da mesma prefeitura lhe pareciam estranhas e desconectadas de objetivos. Essa chamada de atenção foi muito importante para os encontros que irei relatar na minha ação. A partir dessa crítica, tomei a decisão de comunicar sobre nosso trabalho para nossa representante da DIRE-P e convidá-la para as próximas ações.

A pergunta seis foi: *“A EMEI X atende suas expectativas para inclusão da pessoa com deficiência? Justifique sua resposta.”* Sete famílias responderam que sim, tinham suas expectativas atendidas. Apenas duas disseram que não. Mesmo assim uma das respostas que diziam não acreditar, na justificativa falava que o problema poderia ser a falta de experiência, mas acredita que “chegaríamos lá”. Mais uma vez preponderava a ideia de que a escola estava fazendo um bom trabalho. Mas quando li as justificativas dos que diziam sim, as expectativas de muitos estava relacionada a satisfação em relação ao carinho e acolhimento dos professores e muitos disseram também perceber que seus filhos haviam desenvolvido após entrarem na EMEI X.

Além disso, perguntamos na questão sete se as famílias *“acreditavam na parceria entre família/escola como forma de crescimento para todos? Como essa parceria poderia acontecer?”* E na questão oito: *“você se interessaria, caso a EMEI X pudesse oferecer formações a respeito da inclusão da pessoa com deficiência?”*

Nas respostas da questão sete, todos falaram sobre acreditar na participação escola/família e colocou a necessidade de mais reuniões, formações, encontros, discussões sobre o tema da inclusão. Pediam orientações para as famílias. Percebi que as respostas não faziam uma reflexão sobre a possibilidade de essas famílias oferecerem algo, mas muito no sentido de precisarem de um norte, de orientações, no sentido de responsabilizar a escola pela parceria. Com isso, na pergunta seguinte, onde indaguei justamente se era do interesse deles, formações sobre inclusão, as respostas foram unânimes em dizer, sim!

Ler cada resposta do questionário destinado às famílias me possibilitou perceber algumas lacunas que poderiam ser preenchidas com informações no dia a

dia, com possíveis formações ou palestras para as famílias, com encontro entre essas famílias para tocarmos informações. Uma infinidade de ideias e possibilidades começou a passar em minha cabeça e era preciso começar a agir. Percebi também que sozinha não seria possível fazer o trabalho que estava vislumbrando. Conteí muito com a ajuda das minhas colegas de trabalho e de LASEB. Busquei o apoio da direção, das professoras que já estudavam comigo no LASEB, da coordenação da EMEI X e também da nossa acompanhante que faz parte da Equipe de apoio à inclusão dos estudantes com deficiências/transtornos da Regional Pampulha. No caso da nossa EMEI, a acompanhante é a Maria Helena.

A partir das demandas percebidas nos questionários eu decidi que o primeiro passo seria um encontro ou “roda de conversa”¹¹ para que as famílias pudessem se abrir, contar suas histórias e se conhecerem melhor. Em seguida eu correria atrás de formações e palestras para atender falar sobre inclusão em educação em nossa EMEI.

3.2 O CONTATO COM AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E NOSSA TRAJETÓRIA NO ANO DE 2019

Nossa primeira ação a partir das demandas do questionário de avaliação foi uma “roda de conversa”. Muitas famílias falaram em suas respostas sobre o desejo por acolhimento e alguns nos procuraram e verbalizaram na primeira reunião o desejo de falarem sobre suas angústias. Muitos queriam apenas ser ouvidos. Com base nisso, marcamos uma roda de conversa entre as famílias, um dia em que gostaríamos que cada um falasse um pouco sobre suas histórias, sobre a deficiência de seus filhos. A reunião foi marcada para o dia dois de julho de 2019 na própria EMEI X. Foram convidadas as professoras dos alunos com alguma deficiência, coordenadoras, diretora e vice-diretora. Da regional, convidamos nossa acompanhante da equipe de apoio à inclusão e nossa acompanhante pedagógica, ambas da DIRE-P. Compareceram representantes de sete das 16 famílias. Uma criança foi representada por pai e mãe, ou seja, tínhamos oito pais presentes. Ao longo da semana eu pedi pelo grupo do *WhatsApp*¹² algumas fotos das crianças

¹¹ A expressão “roda de conversa” é comumente utilizada nas escolas da prefeitura de Belo Horizonte para os encontros entre famílias e escola e também nos encontros de famílias que acontecem na Regional Pampulha.

¹² Criei um grupo de aplicativo de celular (*whats app*) para interagir com as famílias. Falarei mais a

para fazermos uma apresentação para os familiares, mesmo os que não pudessem comparecer. Fiz um vídeo com fotos de nossos alunos com deficiência. Utilizei algumas fotos deles na escola que tinham prévia autorização e algumas fotos enviadas pelas famílias. Preparamos também um cantinho do lanche para receber as famílias e marcamos a reunião do final do segundo turno, para que mais pessoas pudessem vir após o horário comercial.

Apesar de ser o dia das famílias desabafarem e contarem sobre suas histórias eu comecei a reunião contando um pouco sobre a história do meu irmão de 34 anos que tem hidrocefalia. Queria mostrar as essas famílias que apesar de ainda estarmos muito longe de um ideal de inclusão da pessoa com deficiência, nos últimos 30 anos, muita coisa mudou. Expliquei a eles que se caso meu irmão fosse diagnosticado desde o parto, provavelmente não teria tantas sequelas, contei como foram frustradas as tentativas de buscar vaga em escolas públicas nos anos 1990 e 2000, como era marginalizada a pessoa com deficiência ainda num passado tão recente. A essas pessoas era destinado, um lugar separado da convivência com outras crianças. Conversei com eles sobre nossas dificuldades enquanto adultos em saber lidar com as pessoas com deficiência, justamente por não termos convivido com essas pessoas. Enfim, quis mostrar que apesar de muitos problemas ainda existentes, temos avançado, sobretudo quando falamos em escola pública.

Após minha fala, pedi também que a professora Luciana Andrade falasse um pouco sobre a história de seu filho com autismo de 19 anos. A diferença de idade do meu irmão para o filho dela já mostrava um avanço enorme. A própria atitude durante a criação de seu filho em relação a minha mãe com meu irmão foram totalmente diferentes. A professora sempre buscou todos os tratamentos adequados para seu filho abrindo mão de muita coisa para lhe proporcionar o melhor. Além disso, ele pôde percorrer uma trajetória escolar que embora de muito sucesso, a custa de muitos embates da professora com as instituições por ele frequentadas.

Luciana tem uma trajetória de muito sucesso com seu filho. Hoje ele é um dos primeiros universitários com autismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aprovado por meio da política de cotas para pessoas com deficiência.

Coloquei fotos tanto do meu irmão quanto do filho da professora Luciana enquanto contávamos nossas histórias. Após todas as apresentações da direção da

EMEI e também das diretoras da regional que estavam presentes, comecei a chamar as famílias aleatoriamente para contarem um pouco sobre suas histórias. Antes desse evento, eu conversei previamente com as famílias pelo grupo do *WhatsApp* e expliquei como funcionaria o encontro e disse também que não era obrigatório falar embora fosse muito importante para nós da escola, poder compartilhar. Foi um dia muito especial e muito emocionante também! A cada história, nos emocionávamos muito. As famílias se sentiram muito à vontade para contar e todos quiseram falar. A reunião durou até bem mais que o programado, mas ninguém foi embora até o final.

Ao final da roda de conversa, as acompanhantes da DIRE-P estavam encantadas com nossa iniciativa e pediram para participar de tudo o que fizéssemos a partir daquela data. Minha diretora ficou muito feliz e empolgada com as próximas ações. Assim que cheguei a minha casa, recebi várias mensagens carinhosas das famílias agradecendo aquele momento, fosse pelo grupo ou no meu celular particular. Dormi feliz e cheia de planos.

3.3 PALESTRA COM A JORNALISTA MARIANA ROSA

A ideia de fazer chamar um convidado para fazer uma palestra na escola veio de um seminário ocorrido na região da Pampulha, “I Seminário Inclusão na Escola” em junho de 2019 em que eu fui inscrita, mas acabei tendo um imprevisto e não pude ir. Ao mesmo tempo em que realizava os preparativos da roda de conversa narrada na sessão anterior, eu já estava correndo atrás de outros eventos para meu plano de ação. Esse ano, eu e minhas colegas do LASEB investimos muito em formações sobre inclusão para além do curso de especialização. Tudo que aparecia eu e as minhas colegas de turma tentávamos participar para agregar em nossa especialização. Minhas colegas de LASEB Lourdes e Elizabeth foram nesse seminário e trouxeram muita informação interessante. Uma das informações era de que os palestrantes eram muito acessíveis e que eram pais e mães de crianças com deficiências. Minhas colegas conversaram com a organizadora do evento e trouxeram o contato da mesma para mim. A ideia era tentar convidar esses mesmos palestrantes, que eram pais de crianças com deficiência e que faziam esse trabalho de ir a escolas para falar de suas trajetórias numa perspectiva mais embasada nos conceitos da educação inclusiva. Eram pais de crianças com deficiência e ativistas

da inclusão. Achei muito pertinente poder trazer pessoas para falar sobre inclusão na escola do ponto de vista da família. Foram seis palestrantes no seminário referido e meu trabalho naquele momento era conseguir o contato dos palestrantes. Naquela mesma semana, no mês de junho, entrei em contato com a organizadora e para minha surpresa, todos os palestrantes aceitaram conversar comigo. Dos seis, três se dispuseram a ir à EMEI X gratuitamente, pois naquele momento, a minha escola não dispunha de nenhuma verba para pagarmos qualquer custo com eventos em razão do processo de autonomia financeira vividos por todas as EMEIS, que falamos em capítulo anterior. Dos três, consegui agenda com duas.

Então, o primeiro evento foi com a jornalista, escritora e ativista da inclusão, Mariana Rosa, mãe da Alice, uma criança com paralisia cerebral e síndrome de West¹³. Autora do blog, Diário da mãe da Alice¹⁴. No blog, Mariana compartilha frequentemente suas experiências de vida e aprendizados que tem mudado sua vida desde o nascimento da Alice, sua filha. Ela também é colunista do Portal Lunetas¹⁵, um portal de jornalismo para famílias e interessados na temática da infância. Nele, você encontra reportagens, dicas de eventos culturais, brincadeiras e textos de opinião. Pensado para todos os interessados no tema, o Lunetas fala sobre crianças de todas as idades – da barriga até os doze anos, de acordo com informações do próprio portal.

Expliquei para Mariana Rosa que o público a princípio seriam as famílias das crianças com deficiência e que gostaria de uma mensagem de acolhimento e também de empoderamento para essas famílias. O exemplo de uma mãe tão forte e ativista era para mim muito importante, principalmente após a leitura que eu havia feito dos questionários.

Escolhemos a data do dia 2 de julho de 2019, que foi um sábado, pois, naquele mesmo dia teríamos reunião de pais na EMEI e assim, a pedido da minha coordenadora geral, abrimos o convite da palestra para todas as famílias, pois, chegamos à conclusão de que poderia ser muito enriquecedor para toda a escola. E assim fizemos, convidamos todos os pais da EMEI e todas as professoras também.

¹³ Também chamado de "espasmos infantis", a síndrome de West é uma forma rara de epilepsia que geralmente começa em torno dos 5 meses de idade. A doença se manifesta por séries de contrações musculares involuntárias, em que o bebê se contrai abruptamente, dobrando-se, às vezes com os olhos revirados. Geralmente esses espasmos vêm em séries e podem se repetir várias vezes ao dia.

¹⁴ Blog: <https://diariodamaedaalice.wordpress.com/sobre/> ;

Página do facebook: <https://www.facebook.com/diariodamaedaalice/> ; instagram: https://www.instagram.com/diario_da_mae_da_alice/

¹⁵ Site Lunetas: múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias: <https://lunetas.com.br/>

Montamos um horário, de modo que no momento da palestra não tivesse nenhuma reunião em sala. As reuniões iniciaram às sete da manhã e foram até oito e trinta. Fizemos um intervalo e a Mariana Rosa começou as nove. Não foi um dia muito cheio, esperávamos bem mais, mas tínhamos um bom público de pais e professoras. Algumas professoras preferiram ficar na sala dos professores a assistir a palestra tão divulgada durante a semana, mas muitas participaram.

Mariana iniciou contando a história de sua filha, desde o nascimento. Explicou sobre a deficiência específica de sua filha, deu detalhes. Contou como ela foi percebendo o quanto aquela criança queria continuar a viver. Foi nos emocionando com tantos detalhes da vida de uma criança que embora tão jovem ainda, já tenha passado por tantas situações difíceis com ao lado de sua mãe. Contou sobre os sentimentos desde o diagnóstico de paralisia cerebral da Alice, falou das escolas que Alice havia passado. Relatou sobre as dificuldades da rede de ensino particular em acolher uma criança cadeirante e com paralisia cerebral. Palavras da Mariana Rosa: “Não era nos livros, tampouco nos hospitais, que eu aprenderia a ser a mãe da Alice”. “Acho que minha filha me ensinou a amar o mundo o suficiente para assumir responsabilidade por ele”.

Quando pensei que parava por aí, Mariana começa a falar sobre o conceito de deficiência, na mesma perspectiva que estávamos aprendendo no LASEB. Mariana explicou com muita leveza ideias como a de que não se usa mais portador de deficiência e no lugar falamos pessoa com deficiência. Falou das barreiras atitudinais e do ambiente que já discutimos aqui no trabalho, pois são elas que impedem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Ela conseguiu traduzir muito do que eu queria que aquelas famílias ouvissem, com uma didática singular. Trouxe-nos muito aprendizado ouvir a mãe da Alice. A palestra da Mariana também mostrou as famílias o quanto uma mãe participativa é importante no processo de aprendizado e avanços em todos os sentidos de uma criança com deficiência. Reforçou várias vezes que o lugar da deficiência para ela era externo ao sujeito com deficiência. A deficiência estaria nas barreiras sociais, portanto uma visão social, conforme os autores já discutidos no meu trabalho. No final, Mariana abriu para perguntas, comentários, críticas. Foi bem completa a experiência com a jornalista Mariana Rosa. A forma como ela se expressou foi exatamente o que eu esperava para as famílias naquele momento, sobretudo os pais que tinham alguma criança com

alguma deficiência em nossa EMEI. Penso que mesmo que tivéssemos pagado pela presença da mesma, o que ficou para nós de aprendizado de fato não tem preço.

No dia do evento, estavam presentes, a diretora da EMEI X, a coordenadora geral e também algumas professoras dos dois turnos, além de umas 15 famílias, no total creio que 30 a 40 ouvintes. Ao mesmo tempo em que fiquei muito feliz com a palestra, também fiquei um pouco frustrada, pois, por ser um dia de reunião de pais, esperávamos mais público. Dos que participaram, todos ficaram felizes e me deram retornos muito importantes. As famílias das crianças com deficiência que estavam presentes deram retorno em nosso grupo de *whats app* também. Várias professoras me procuraram ao final e agradeceram pela oportunidade. Foi uma experiência única poder receber essa pessoa tão competente e acessível em nossa escola.

Figura 1. Professora Valdirene, Mariana Rosa e Gabriela Kunzendorff no final da palestra, em 02/07/2019.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Figura 2. Início da palestra com a jornalista Mariana Rosa em 02/07/2019.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Figura 3. Professora Suely abraçando e agradecendo as palavras da Mariana Rosa



após a palestra.

Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

3.4 SEMINÁRIO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA EMEI X

Depois de organizar o evento com a jornalista Mariana Rosa conforme relatei na sessão anterior, alguns professores, as coordenadoras do turno da manhã e integral e a diretora da minha escola começaram a conversar comigo sobre me ajudar a dar continuidade ao meu trabalho, pois, a repercussão da palestra foi muito positiva. Então, a partir do momento que mais pessoas se propuseram a ajudar, eu me senti mais segura para tentar organizar algo maior. Foi então que começamos a pensar no I Seminário de diversidade e inclusão da EMEI X.

A ideia de fazer um evento maior com a temática diversidade junto com nossa proposta da inclusão veio da minha coordenadora do turno da manhã. Ela é aluna do LASEB no curso de gestão e propôs que fizéssemos um seminário mais amplo e como ela também estava desenvolvendo seu plano de ação na mesma EMEI X com outro grupo de pais, achamos pertinente criar um evento juntas e oferecer a toda comunidade escolar. Eu me comprometi a conseguir um convidado para falar sobre inclusão escolar e ela se comprometeu a convidar alguém para falar sobre diversidade. Na verdade eu já tinha dois convites feitos a dois pais de crianças com deficiência que fazem palestra sobre inclusão escolar, mas ainda não havia fechado data com eles. Então decidimos o dia, o horário e partimos para os convites agora formais. Conversei com a Cléa Prado, pedagoga, escritora, especialista em educação inclusiva, palestrante, atualmente é diretora de uma escola da rede particular em Belo Horizonte. Ela já havia me falado anteriormente que iria a minha escola e só precisávamos fechar uma data. Fechamos horário e data.

Minha coordenadora convidou a professora Mara Evaristo que integra a equipe da Gerência das Relações Étnico-Raciais, que compõe a Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de atender à demanda crescente de formação e subsidiar o trabalho com a temática étnico-racial nas escolas municipais de Belo Horizonte. Mara Evaristo também aceitou o convite. Então agora seria uma corrida para divulgar o evento. Convidamos também o sambista sete cordas e seu filho, um sambista mirim, para falarem um pouco sobre a história do samba e tocar um pouco no final do evento.

Fizemos um convite lindo, com ajuda dos alunos de uma professora que estava muito comprometida em nos ajudar, embora ela não fosse do grupo do

LASEB. Além disso, fizemos um link para inscrição para divulgarmos em redes sociais. O link do Seminário foi parar no site da Secretaria municipal de Educação e o evento tomou proporção que nem sonhávamos. Em uma semana tínhamos mais de 100 inscritos. Começamos a nos preocupar com o espaço, cadeiras, iluminação, som, pois agora, com um público maior, era necessário organizar cada detalhe. É bem diferente receber 30 pessoas e receber 100. Ficamos apreensivas. No dia do evento tudo o que precisávamos estava resolvido em termos de estrutura física.

Preparamos também um certificado, pois algumas pessoas começaram a ligar para saber se emitiríamos certificado. Como fizemos o link de inscrição, era possível saber o nome da maioria das pessoas que estariam presentes, então fizemos uma lista de presença já com os nomes dos inscritos e uma página a mais para os não inscritos. O dia do evento não poderia ter sido melhor. Todas as presenças confirmadas dos convidados e muita alegria da nossa parte em fazer um evento com tamanha proporção.

Compareceram 80 pessoas no seminário entre pais de alunos de nossa EMEI, professores da rede municipal que se interessaram pelo anúncio que ficou no site da SMED, alunos do curso de pedagogia da UEMG e até uma estudante do ensino médio da rede pública de Belo Horizonte. Tinha até convidada de honra, minha orientadora desse trabalho, Erika Lourenço estava presente em nosso seminário. Foi diverso em todos os sentidos. Nosso menor público foi o composto pelos nossos professores. Mais uma vez, estávamos oferecendo formação e das 44 professoras do grupo, entre direção, coordenação e regentes, não somavam 15. Independente disso, o evento superou toda e qualquer possível frustração nesse sentido.

Mara Evaristo abriu o seminário falando a respeito do seu trabalho que entre outras coisas estava monitorar a política de promoção da igualdade racial, estimular e apoiar projetos e ações que tenham por objetivo combater práticas racistas e xenofóbicas na educação. Foi uma fala muito importante e também muito delicada. Falou também sobre fomento e articulação de ações com as gerências e núcleos da Secretaria Municipal de Educação e parceiros, com o intuito de solidificar a implementação das leis nº 10.639/03, nº 11.645/08 e a Política de Promoção da Igualdade Racial na cidade.

Em seguida, nossa convidada Cléa Prado iniciou sua fala sobre educação inclusiva. Cléa soube dividir muito bem seu tempo entre falar para os pais de alunos,

mas também falou sobre a gestão escolar inclusiva. Também abordou o tema da inclusão da pessoa com deficiência do ponto de vista do professor e de seus desafios, lembrou que a formação acontece muitas vezes com a prática. Desconstruiu a ideia do não estar preparado explicando que o professor é também um gestor de sua sala de aula. Acresceu muito a nossa ação poder ouvir a professora Cléa Prado e os exemplos que ela trouxe enriquecendo a apresentação com charges, fotografias e também o uso de um vídeo para sensibilizar o público.

E, para terminar a noite de forma muito alegre e lúdica, o sambista Betinho sete cordas trouxe seu filho, uma criança de seis anos que também tocava pandeiro enquanto o pai tocava violão e cantava sambas de raiz. Isso tudo entre uma e outra explicação histórica feita também pelo sambista.

Não posso deixar de mencionar a presença de nossas representantes da regional Pampulha no seminário. Estavam presentes, a nossa acompanhante da inclusão Maria Helena, a acompanhante pedagógica da EMEI Marta, e também nossa diretora da regional Pampulha, Alessandra. Ou seja, toda equipe que nos acompanha da regional Pampulha nos prestigiou. Nosso I seminário diversidade e inclusão da EMEI X foi um sucesso!

Figura 4. Palestra da pedagoga Cléa Prado no I Seminário de diversidade e inclusão



EMEI X.

Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Figura 5. Foto com minhas companheiras de LASEB, minhas coordenadoras da manhã e tarde, as palestrantes Mara Evaristo e Cléa Prado e o Sambista Betinho sete cordas.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Figura 6. As quatro alunas do LASEB da turma de Educação Inclusiva no I Seminário EMEI X, da esquerda para direita: Elizabeth Junqueira, Lourdes Eduardo, Luciana Andrade e Gabriela Kunzendorff.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

3.5 O GRUPO DE WHATS APP ENQUANTO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO E TROCAS DE INFORMAÇÕES

Paralelamente aos encontros com as famílias, eu propus um grupo de *whats app* para nos comunicarmos melhor. Liguei para cada familiar e perguntei do interesse deles em participar do grupo. Das 16 famílias, 15 aceitaram. Somente uma mãe parece não ter o aplicativo no celular ou simplesmente não quis. Além dos familiares, coloquei no grupo minhas colegas do LASEB, Elizabeth, Luciana e Lourdes que prontamente aceitaram entrar no grupo e sempre estiveram comigo me ajudando nos momentos de encontros presenciais.

O grupo foi uma ferramenta essencial para divulgarmos melhor os dias dos encontros. Foi também um canal aberto entre mim e as famílias, pois, deixei claro que eu estava à disposição deles para o que precisassem dentro das minhas possibilidades da secretaria escolar. No grupo, principalmente nos primeiros dias, as mães trocaram diversas informações sobre as terapias, indicações de médicos, experiências com seus filhos. As famílias conversavam muito entre si, sem interferências minhas. Sempre sobre assuntos pertinentes. Muitos pais compartilharam livros, cursos que estavam fazendo sobre Educação Inclusiva. As famílias se mostraram muito interessadas no sentido de ler e entender sobre as particularidades das deficiências dos seus filhos. Foi surpreendente acompanhar essas famílias, seja pessoalmente, seja pelo grupo. São interessados e participativos e, por isso, exigentes em suas cobranças e pontuações em relação ao atendimento feito na escola. Utilizei muito também para divulgar formações, minicursos, palestras ou qualquer outro evento que recebíamos do email da UFMG e que eram abertas ao público, relacionados ao nosso tema de educação inclusiva. As famílias que também tinham acesso a outros grupos também utilizaram para nos convidar para eventos que ficavam sabendo.

O grupo também foi muito importante quando começamos com os eventos que promovemos ao longo do plano de ação, pois, apesar de enviarmos bilhetes nas agendas, a interação naquela ferramenta era muito mais eficiente. Além disso, eu usava muito para lembrar as famílias de datas importantes. Muitas famílias utilizaram o canal aberto de acesso ao meu telefone para conversar no particular. Exemplo: o filho iria faltar pra ir ao médico então eles preferiam me avisar a ligar ou falar na agenda. Acontecia algum imprevisto, eles me pediam para avisar para a

professora. Definitivamente, o grupo foi muito bom para estreitar as relações e principalmente a confiança das famílias no meu trabalho.

3.6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Todos os eventos organizados ao longo desse plano de ação tiveram como objetivo principal aproximação e acolhimento das famílias das nossas crianças com deficiência da EMEI X. A menção ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1995)¹⁶ “Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” em minha epígrafe não foi por acaso. Boaventura resume a ideia central de minha ação na EMEI X de que precisávamos valorizar essas famílias em determinados momentos e levar em consideração que às vezes eles precisam de um cuidado especial, lembrando que também ocupo esse lugar tendo um irmão com deficiência. Foi o que me fez decidir por essa empreitada desde a matrícula do LASEB. São famílias que já sofrem naturalmente por terem uma criança com deficiência e precisam de atenção e cuidado. Assim que levantamos a demanda dessas 16 famílias, percebi o quanto ainda era preciso melhorar para fazê-los sentir que nossa escola não seria um espaço apenas de ingresso, mas também de ações concretas em busca da inclusão verdadeira dessas crianças. Mantoan (2015) também faz menção ao sociólogo para nos exemplificar “por que devemos efetivar a inclusão escolar”. De acordo com ela:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e até de fora delas, e que os desafios são necessários a fim de que possamos progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e (tendo ou não algum tipo de deficiência) para programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar (MANTOAN, 2015, p. 33).

Portanto fizemos um evento especial somente para essas famílias, onde eles puderam se abrir e mostrar suas diferenças sem se sentirem inferiores e depois pensamos em momentos coletivos, onde precisávamos conscientizar não apenas

¹⁶ Entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos, 1995.

essas famílias, mas todas as famílias de todas as crianças e também nosso grupo de professoras. Mostramos a eles individualmente e depois para o grupo maior, que o atendimento a nossas crianças com deficiência não é um favor, mas uma obrigação nossa enquanto escola. Conforme aponta Mantoan (2015) “A diferença é produzida e não pode ser naturalizada, com pensamos, habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada” (p. 35) Essas obrigações tem respaldo na legislação discutida nesse trabalho e em diversos outros documentos e leis, bem como em vasta publicação que pode ser consultada sobre educação inclusiva e educação especial.

Busquei em nosso primeiro encontro mais individualizado mostrar para essas famílias o quanto era meu desejo para além da obrigação, que as diferenças fossem compreendidas e não somente toleradas.

As palestras que seguiram tanto da jornalista Mariana Rosa, quanto as do seminário de diversidade e inclusão também foram pensadas e organizadas no sentido de mostrar a nossa comunidade escolar que estamos buscando o caminho da escola inclusiva. Todas mencionaram o conceito de deficiência conforme a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e demais legislações que reconhecem a deficiência como um conceito em evolução e que “a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2009). Essa política colabora com a valorização da pessoa com deficiência e defende sua participação na vida social com equidade de direitos e inclusive participação nas tomadas de decisão. Essa ideia foi muito defendida pela Jornalista Mariana Rosa e pela pedagoga Cléa Prado em suas reflexões. Ou seja, valorizar as potencialidades da pessoa e não sua deficiência, que é apenas uma característica que essas pessoas têm entre tantas outras, assim como foi chamada por Pereira (2009) ao se referir a deficiência como uma de “uma diferença funcional”. Além disso, todas as falas contemplaram a ideia da deficiência enquanto social, a existência de barreiras sociais que impedem a participação plena da pessoa com deficiência conforme defendi ao longo da minha ação. Portanto, uma noção de deficiência fora do sujeito, conforme discussão feita em Caiado, Berribille e Saraiva (2013).

Tivemos um grupo de professores que se envolveram mais e participaram dos eventos oferecidos a toda comunidade escolar. Bem como tivemos um grupo de

professores, que mesmo estando presentes na escola, preferiram ficar alheios ao movimento de trazer esses profissionais que estavam ali em primeiro lugar pelas famílias, mas que também proporcionariam aprendizado para toda comunidade escolar. Retomando a discussão de Sassaki (2009) sobre acessibilidade atitudinal no campo da educação, ele concorda com ação feita na escola este ano está de acordo com sua proposta de:

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. (SASSAKI, 2009, p. 6).

Isso me mostrou o quanto nossa escola ainda pode melhorar muito em termos de formação e conscientização, o que vai ao encontro da discussão feita aqui a respeito da barreira atitudinal enquanto obstáculo à pessoa com deficiência na escola, tratada por Sassaki (2009) e Mantoan (2015). Mas indica também que iniciamos um trabalho na direção certa.

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de especialização juntamente com a ação realizada na EMEI X me possibilitou um novo olhar sobre a deficiência e as discussões a respeito da educação especial e educação inclusiva. Tive a chance de agir e promover um trabalho que considero pertinente num ambiente que até então era apenas dos professores. Aguçou meu olhar crítico de servidora assistente administrativa onde o pedagógico predomina e tem mesmo que predominar. Participei desse universo pedagógico mostrando que não importa meu cargo e sim o desejo de realizar a mudança, a atitude.

Pude perceber também que ainda existe uma grande lacuna entre a clara necessidade de formação continuada dos professores e o impasse do desinteresse de muitos. Por outro lado, concluo que ainda existem profissionais comprometidas com a mudança. Pessoas que optaram em sair do seu conforto foram aparecendo ao longo da ação, embora em menor quantidade. Sobretudo, há que se romper as barreiras atitudinais.

Não é um trabalho que tem um fim. Penso e avalio como um início, um projeto que, abraçado pela gestão da escola e também pela equipe da nossa Regional tem tudo para continuar sendo desenvolvido. As famílias demonstram claramente que querem continuar os encontros. Nossa contribuição na atualização do PPP da EMEI X colocando como meta a busca por uma escola mais inclusiva também mostrou que estamos no caminho certo. O retorno das famílias e sua satisfação em caminharmos juntos foram muito gratificantes. Posso afirmar que avançamos no processo de acolhimento e diálogo com as famílias das crianças com deficiência de nossa escola.

A escola inclusiva em todos os mais diversos sentidos não é apenas uma obrigação do ponto de vista da lei. É uma tendência e um caminho ético a ser seguido pelos profissionais da educação e pela sociedade.

O próximo ano pode ser um terreno fértil para outros seminários e espaços para pesarmos e discutirmos sobre a inclusão da criança com deficiência bem como outros temas como a diversidade que ajudam a ampliar nossa discussão sobre inclusão. Penso que para 2019, fizemos um trabalho muito bonito e completo. A direção de EMEI X tem nas mãos uma ferramenta e um ponto de partida para continuarmos promovendo uma escola verdadeiramente inclusiva nos próximos

anos.

REFERENCIAS:

AUGUSTIN. I. **Modelos de deficiência e suas implicações na educação inclusiva**. IX ANPED SUL, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_ldbn1.txt <Acesso em 20/04/2019>

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

CAIADO, Katia Regina Moreno; BERRIBILLE, Gabriela Ruiz; SARAIVA, Liz Amaral. Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama. In: CAIADO, K. R. M.(Org.) **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2013, v. 1, p. 17-33.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo: Summus, 2015.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Recuperado em 03 de Agosto de 2019 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.

PEREIRA, Ray (2009) Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem padrão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, Setembro, v. 16, n. 3, pag.715-728. Disponível em http://www.scielo.br/scielophp?pid=S010459702009000300009&script=sci_arttext <Acesso em 15 de dezembro de 2019>

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1998. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FAMILIARES DAS CRIANÇAS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA DA EMEI X.

Este é um levantamento que tem como objetivo identificar como a educação inclusiva é percebida pela comunidade de pais e educadores da EMEI Castelo. A opinião de todos é muito importante para que possamos desenvolver ações para melhorar a inclusão dos alunos com deficiência na nossa EMEI. Assim, pedimos a sua participação neste levantamento, respondendo as perguntas abaixo.

Agradecemos por sua colaboração!

Data de preenchimento do questionário: _____ / _____ / _____

Nome: _____ (opcional)

Formação _____ (opcional)

1- O que você entende por Educação Inclusiva?

2- Você acredita no processo de inclusão do sujeito com deficiência na escola regular? Justifique sua resposta.

3- Para você, qual é o maior desafio para a Educação Inclusiva:

() Políticas Públicas

() Falta de ação/ envolvimento por parte da equipe escolar.

() Participação das famílias

() Formação especializada das professoras

() Outros (especifique): _____

4- Você já teve oportunidade de participar das rodas de conversa, que acontecem na Regional Pampulha? Fale sobre sua experiência.

5- Na relação com a Equipe de Inclusão da Regional Pampulha você considera algo que precisa melhorar? O que?

6- A EMEI Castelo atende as suas expectativas para a inclusão da pessoa com deficiência? Justifique sua resposta.

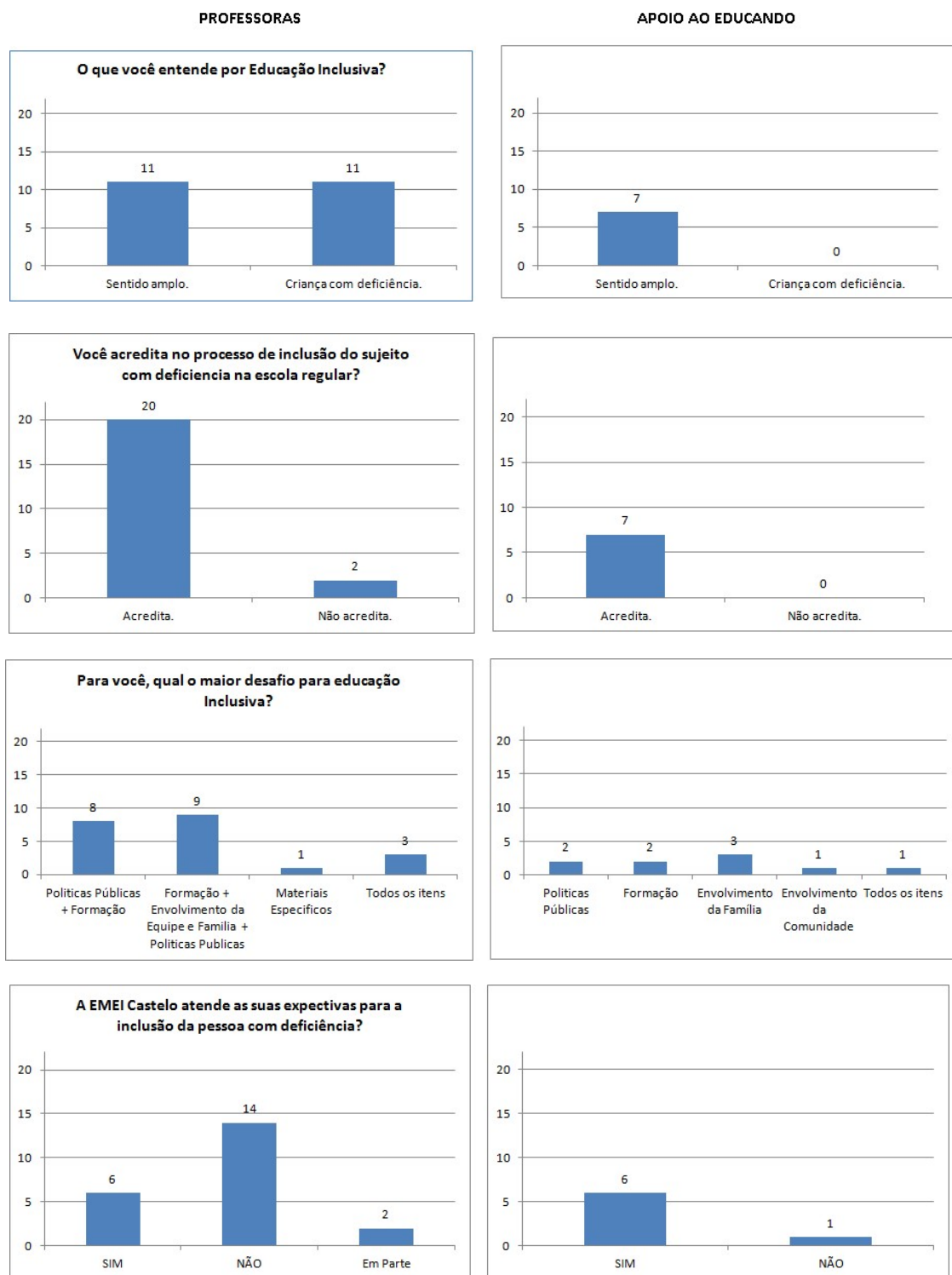
7- Você acredita na parceria família/escola como forma de crescimento para todos? Como você acha que esta parceria poderia acontecer?

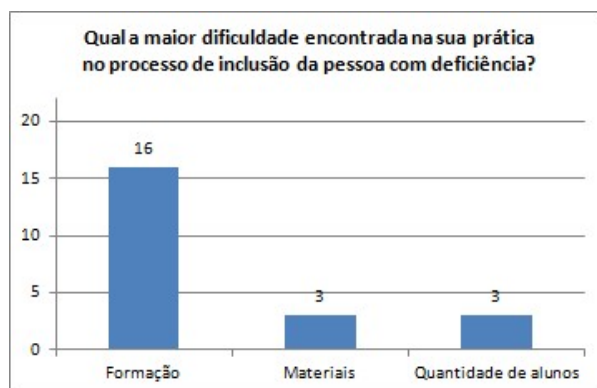
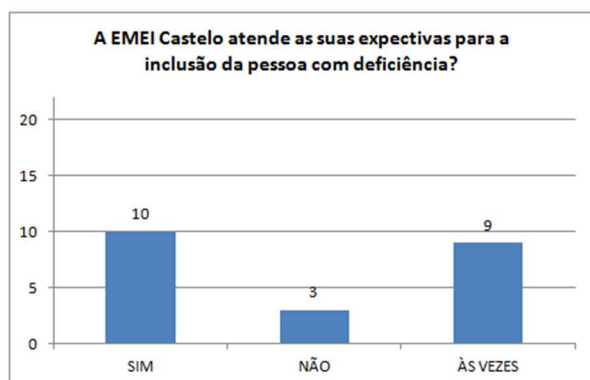
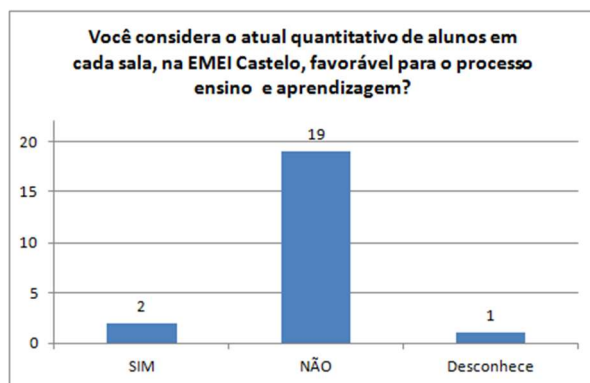
8- Você se interessaria caso a EMEI Castelo, pudesse oferecer formações, palestras, troca de experiências a respeito da inclusão da pessoa com deficiência?

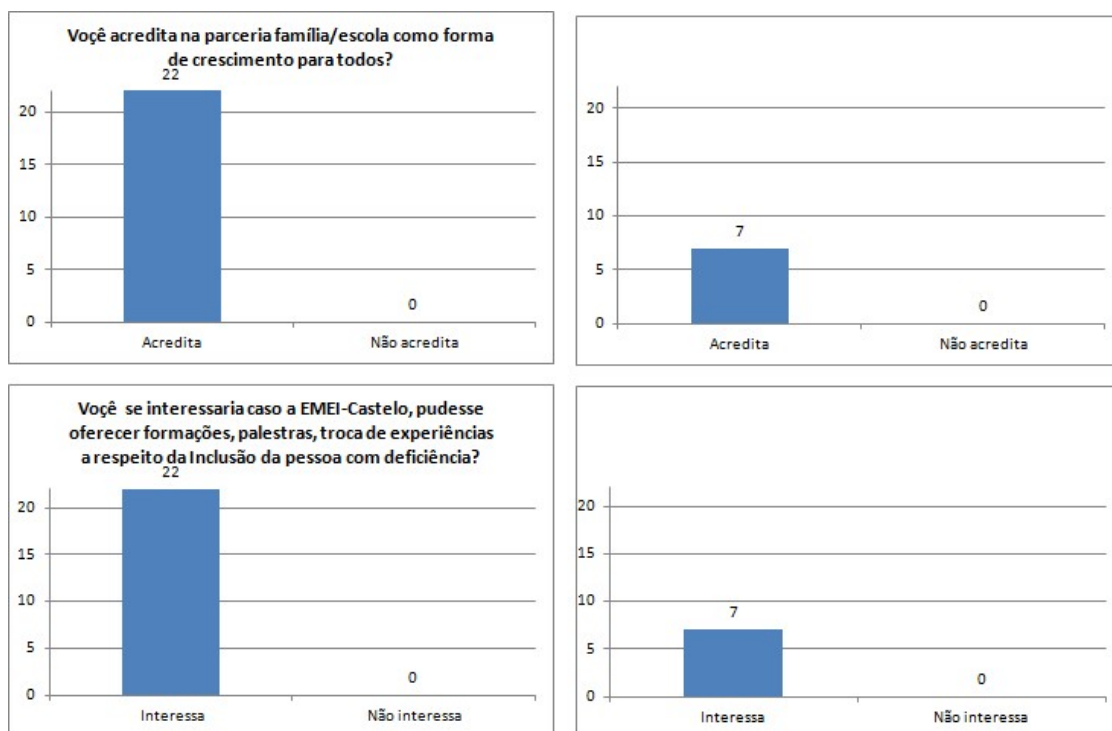
APENDICE B – GRÁFICOS COM ANÁLISE QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO INÍCIO DO PLANO DE AÇÃO

GRÁFICO 1 – RESPOSTAS DAS PROFESSORAS E AUXILIARES DE APOIO AO EDUCANDO AO QUESTIONÁRIOS APLICADO PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS NA EMEI X

Levantamento para identificar como a educação inclusiva é percebida pela comunidade do EMEI - Castelo

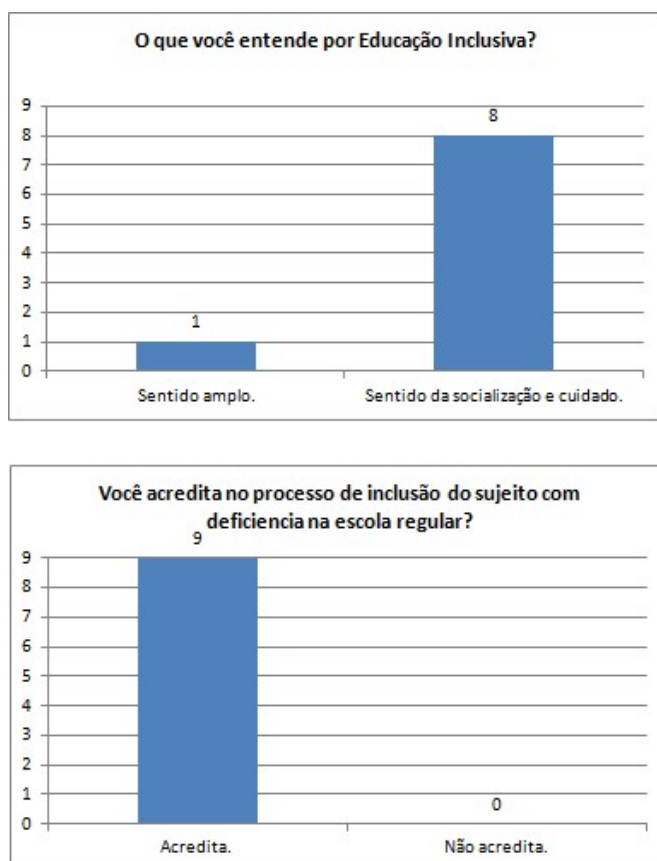


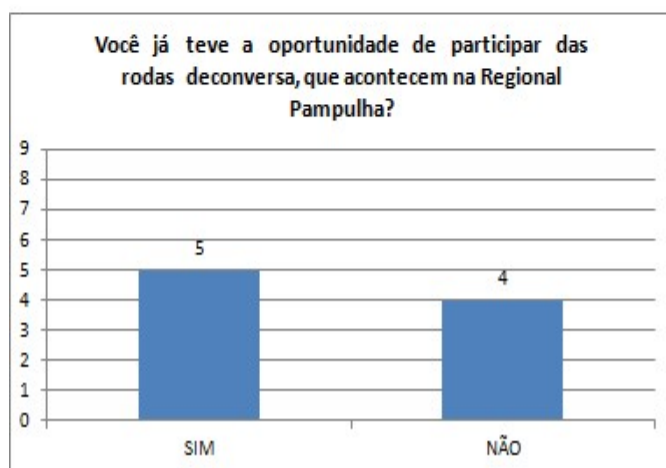
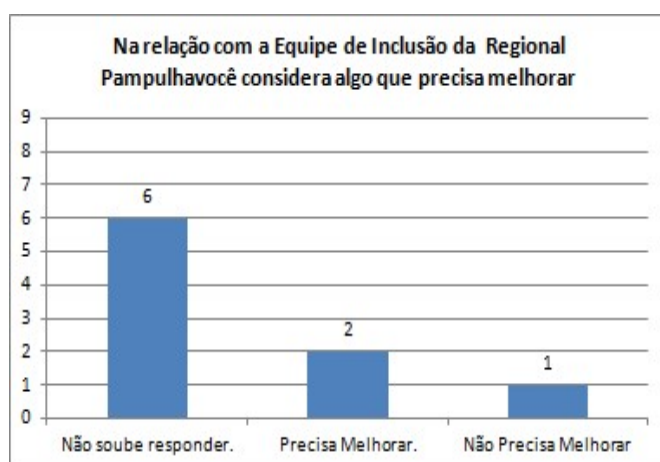


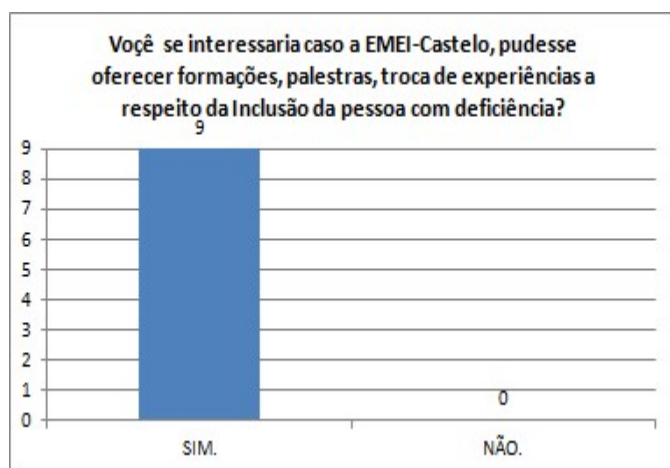
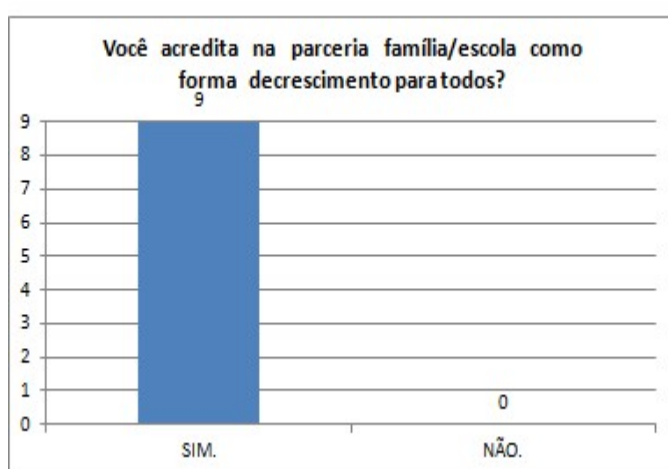
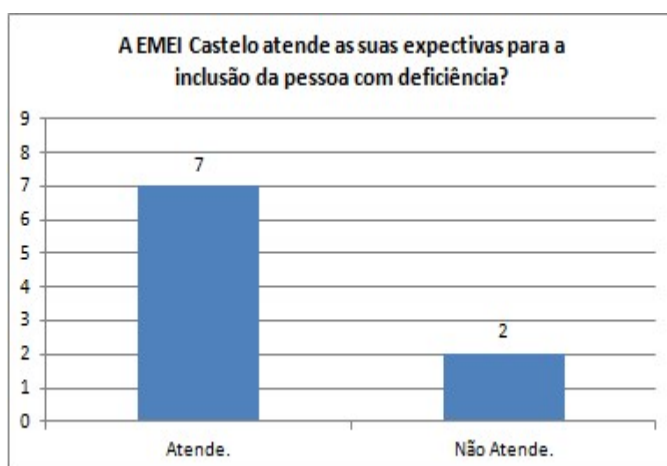


Fonte: Respostas aos questionários aplicados às professoras e auxiliares de apoio ao educando na EMEI X.

GRÁFICO 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FAMILIARES DAS CRIANÇAS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA DA EMEI X







Fonte: Respostas dos questionários aplicados aos familiares das crianças com alguma deficiência na EMEI X